



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**O GLOBO, UNE E REFORMA UNIVERSITÁRIA:  
Uma análise da cobertura jornalística feita pelo jornal “O Globo”  
nas décadas de 1960 e 2000**

Rio de Janeiro  
2005

**ROBERTA DOS  
SANTOS FERNANDES**

**O GLOBO, UNE E REFORMA UNIVERSITÁRIA:  
Uma análise da cobertura jornalística feita pelo jornal “O  
Globo” nas décadas de 1960 e 2000**

**UFRJ**

Roberta dos Santos Fernandes

O GLOBO, UNE E REFORMA UNIVERSITÁRIA:  
uma análise da cobertura jornalística feita pelo jornal “O Globo”  
nas décadas de 1960 e 2000

Dissertação de graduação apresentada à  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como  
parte dos requisitos necessários à obtenção do  
título de Bacharel em Comunicação Social,  
habilitação em Jornalismo.

Orientadora:  
Ana Paula Goulart

Rio de Janeiro  
2005

Roberta dos Santos Fernandes

O GLOBO, UNE E REFORMA UNIVERSITÁRIA

Rio de Janeiro, de dezembro de 2005.

---

(Ana Paula Goulart Ribeiro, professora adjunta, UFRJ)

---

( , , UFRJ)

---

( , , UFRJ)

## RESUMO

FERNANDES, Roberta dos Santos. **O Globo, UNE e Reforma Universitária:** uma análise da cobertura jornalística feita pelo jornal “O Globo” nos períodos em que a União Nacional dos Estudantes promoveu debates acerca do tema. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Graduação em Comunicação Social, habilitação Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

Análise da cobertura jornalística do jornal “O Globo” em relação à atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que promoveu debates acerca do tema Reforma Universitária no início da década de 1960 e de 2000. Para demonstrar a influência dos contextos políticos vivenciados pelo país na linha editorial do veículo em questão serão levados em conta as edições publicadas nos meses de maio de 1961, março de 1962, dezembro de 1963, dezembro de 1968 e de 23 de junho de 2003 a 31 de julho de 2005. Antes, contudo, haverá explanação sobre a Reforma Universitária de 1968 e a reforma pretendida pelo presidente Lula. Também será feito um resumo desde o surgimento da UNE, passando pela atuação dos representantes do movimento estudantil relacionados à política do país, com ênfase nos fóruns da UNE sobre a Reforma Universitária em 1961 a 1963 e entre 2003 e 2005.

## ABSTRACT

FERNANDES, Roberta dos Santos. **O Globo, UNE e Reforma Universitária:** uma análise da cobertura jornalística feita pelo jornal “O Globo” nos períodos em que a União Nacional dos Estudantes promoveu debates acerca do tema. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Graduação em Comunicação Social, habilitação Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

Analysis of journalistic publications by “O Globo” newspaper about União Nacional dos Estudantes (UNE), organized discussions about University Reformation in the beginning of 1960 and 2000. To demonstrate the influence of politic moments to Brazil in editorial line of the newspaper refered it will be considered the publications in months may to 1961, march to 1962, december to 1963, december to 1968 and june, 23, 2003 into july, 31, 2005. Before this, it will be an explanation about University Reformation of 1968 and the reform intended by president Lula. Also it will done a resume since UNE’s issuement, passing to student’s organized atuation relative to national politic, with emphasis in the discussions organized by UNE about University Reformation in 1961 to 1963 and between 2003 and 2005.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>1 A REFORMA UNIVERSITÁRIA</b>	12
1.1 A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968	14
1.2 AS VERSÕES DE REFORMA UNIVERSITÁRIA NO GOVERNO LULA	17
<b>2 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS REFORMAS</b>	24
2.1 O SURGIMENTO DA UNE	25
2.2 A UNE E OS SEMINÁRIOS SOBRE A REFORMA UNIVERSITÁRIA	28
2.3 A ELEIÇÃO DE LULA E AS PROPOSTAS DA UNE AO ANTEPROJETO DO MEC	34
<b>3 O GLOBO, A UNE E AS REFORMAS</b>	41
<b>CONCLUSÃO</b>	49
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	54
<b>ANEXOS</b>	

## INTRODUÇÃO

A história do ensino superior no Brasil ainda não completou dois séculos. O ensino superior foi implantado no Brasil a partir da vinda da família real portuguesa para o país em 1808. A partir dessa data, foram criados os primeiros cursos superiores: Medicina, Direito e Engenharia. Eram instituições isoladas, mantidas pelo Estado e destinadas a formarem profissionais para atender às necessidades dos próprios monarcas e da sociedade.

Com a proclamação da república, o governo provisório, sob o comando de Manoel Deodoro da Fonseca, criou em 1891 o Conselho de Instrução Superior. Benjamim Constant era ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, o ministério responsável pela educação. A legislação da Reforma Universitária de 1891 consistiu, na realidade, em um estatuto para as instituições de ensino superior já existentes: Faculdades de Direito, de Medicina, Escolas Politécnicas, de Minas e de Engenheiro Geógrafo.

Mas a primeira reforma que realmente trouxe mudanças nos setores administrativos e acadêmicos das instituições só foi feita durante o governo de Getúlio Vargas em 1931, pelo ministro da Educação e Cultura (MEC) Francisco Campos. O decreto nº 19.851, de 11 de abril<sup>1</sup>, estabeleceu a organização e funcionamento da parte administrativa universitária e determinou que as instituições deveriam estar inseridas em um modelo de desenvolvimento para o país. A legislação ficou em vigor até 1961, quando foi criada no Brasil a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, no período de vigência do governo de Jânio Quadros.

Antes da criação da LDB, contudo, somente a proposta de sua criação despertou na comunidade acadêmica intensa discussão sobre o tema, principalmente entre o segmento estudantil. A União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade representativa dos universitários do país, se opôs ao projeto do governo dois anos antes por considerar que ele criava condições para o desaparecimento progressivo do ensino público e gratuito e estimulava a criação de instituições privadas<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931. **Coleção de leis do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1931. Disponível em: < [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) >. Acesso em 29 abr. 2005.

<sup>2</sup> A UNE já havia promovido debates sobre questões educacionais em 1938, durante a realização de seu II Congresso Nacional, mas no período posterior, se envolveu com outras bandeiras políticas pela melhoria das condições de vida das classes exploradas, e só retomou as discussões sobre temas relacionados à educação após o surgimento da proposta de criação da LDB. Tais questões serão aprofundadas nos capítulos posteriores.



O problema de tal medida, segundo eles, era que os donos dos novos estabelecimentos de ensino não teriam compromisso com a qualidade do ensino que seria ministrado em suas dependências. Dentre as discussões, os jovens universitários também levantaram a bandeira de luta pela realização de uma nova Reforma Universitária. A União Estudantil passou a realizar seminários para analisar o tema e registrar as discussões em cartas programáticas que serviriam de base para a organização das atividades do movimento estudantil.

Em 1960, a UNE promoveu o I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior. No ano seguinte, aconteceu o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Salvador (BA). Nos dois encontros, os estudantes defenderam rejeição total ao projeto de Diretrizes e Bases da Educação, que estava em tramitação no Senado quando foi realizado o seminário, e a ampliação de verbas federais destinadas à educação. A mobilização da UNE não foi bem sucedida, já que o projeto foi aprovado em dezembro de 1961.

Mesmo assim, os representantes do movimento estudantil mantiveram os seminários sobre a reforma. As resoluções aprovadas no primeiro fórum mobilizaram os jovens sobre a importância do tema e, em menos de um ano, eles realizaram o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, no Paraná. No encontro começaram a surgir algumas das bandeiras até hoje defendidas pela UNE, como a representação de 1/3 da composição dos órgãos colegiados das universidades. Tal medida estava prevista na LDB de 1961, mas a porcentagem seria determinada por cada entidade em seus estatutos.

Após este seminário, a entidade promoveu a “UNE-Volante”, caravana que visitou as principais capitais do país para convocar os universitários a entrar em greve para garantir a representação de 1/3 nos fóruns deliberativos das instituições de ensino superior. A paralisação alcançou cerca de 90% das universidades, mas não obteve sucesso, por conta de problemas no movimento e as ameaças de golpe de estado ao governo federal.

A UNE ainda chegou a promover o III Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Minas Gerais, com o aprofundamento dos temas discutidos nos seminários anteriores e formulação de um projeto de emenda constitucional e um substitutivo à LDB educacional, referente ao ensino superior. As propostas seriam encaminhadas ao Congresso Nacional em 1964, ano em que ocorreu o golpe militar. Com isso, a UNE passou a lutar contra todas as formas de repressão às liberdades no país e os estudantes, perseguidos pelos agentes da ditadura, perderam muitos dos importantes líderes do movimento.

Dessa forma, o governo militar do general Arthur da Costa e Silva implementou sem dificuldades a Reforma Universitária de 1968, sob a Lei nº 5.540 de 28 de novembro<sup>3</sup>. O projeto determinou que as universidades passariam a funcionar de acordo com os regimentos e estatutos aprovados por um Conselho de Educação, sendo este um órgão governamental de controle das instituições educacionais. Em relação ao corpo discente, teria representação de, no máximo, 1/5 do total de membros dos colegiados e comissões e poderiam se organizar em diretórios, mas sob a condição de que os regimentos dos diretórios deveriam ser aprovados por instância universitária ou escolar competente.

Tais medidas serviram para o governo da época como instrumento de controle das ações dos alunos. A Reforma de 1968 não contemplou nenhuma das reivindicações estudantis. O regime militar foi extinguido no início da década de 1980 mas, apesar disso, a Lei 5.540 de 1968 só foi revogada em 20 de dezembro de 1996, com a sanção de nova LDB da Educação<sup>4</sup> pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mas a derrubada da antiga legislação sobre a reforma não garantiu que práticas como a nomeação do reitor e vice-reitor pelo governo fossem abandonadas. A retomada da discussão sobre a necessidade de realização de uma nova Reforma Universitária que contemplasse as mudanças acontecidas no período e as reivindicações da comunidade acadêmica por autonomia universitária de fato só se deu com a ascensão do presidente Luís Inácio Lula da Silva ao poder em 2003.

O político do Partido dos Trabalhadores (PT), considerado partido de esquerda naquele ano, trouxe consigo a reabertura do diálogo entre o governo federal e as entidades do movimento social, entre elas as da área educacional. Com isso, o tema da reforma voltou a fazer parte da pauta de discussões dentro e fora das instituições de ensino superior, públicas e particulares. As opiniões das diversas categorias envolvidas também passaram a ser noticiadas pelos principais veículos de comunicação do país.

Com isso, a UNE, uma das entidades que participou dos debates na década de 1960, ganhou destaque na mídia ao retomar a defesa de bandeiras antigas do movimento estudantil levantadas quarenta anos antes em relação à Reforma Universitária. A União também reeditou a

---

<sup>3</sup> BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 29 nov. 1968. Disponível em: <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>. Acesso em 25 mai. 2005.

<sup>4</sup> BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>. Acesso em 15 jun. 2005.

“UNE-Volante”, da década de 1960, com o nome de “Caravana da UNE pela Reforma” e percorreu novamente o país para apresentar aos universitários a proposta do governo federal e quais seriam as reivindicações da entidade na luta por benefícios para a categoria.

Diante de tal contexto, faz-se necessária uma análise dos períodos políticos, das propostas de reforma do ensino superior levantadas e de como a mídia – no caso deste estudo o jornal *O Globo* – abordou o tema e como tais fatores influenciaram ou não a inclusão de reivindicações do movimento estudantil na pauta do governo. A proposta deste trabalho, portanto, é comparar os períodos da Reforma Universitária de 1968 e a retomada da discussão sobre o assunto a partir da posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com focos nos itens referentes à democratização do acesso ao ensino superior e democracia interna das universidades públicas.

Para tal, no primeiro capítulo será feito um breve resumo das duas reformas: a primeira implementada durante a ditadura, que fixou as normas de organização do ensino superior da época; e a segunda, aguardando parecer da Casa Civil, cujo anteprojeto teve três versões, apresentadas pelo ex-ministro da Educação, Tarso Genro, em 6 de dezembro de 2004, 30 de maio de 2005 e 29 de julho de 2005. Nos dois casos, haverá ênfase nos pontos de interesse defendidos pela UNE: assistência estudantil e eleições diretas para reitoria.

Em seguida, no segundo capítulo, um breve histórico das ações do movimento estudantil no Brasil desde a criação da União até a realização dos primeiros seminários sobre Reforma Universitária. Ainda neste capítulo, nos itens 2.2 e 2.3, haverá a contextualização dos períodos do início da década de 1960, quando a UNE realizou três seminários nacionais para discutir a reforma, e na participação recente dos estudantes – desde a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003 –, contribuindo com propostas de emendas às três versões do anteprojeto da Lei Orgânica do Ensino Superior.

No capítulo 3, serão expostas as coberturas feitas pelo jornal *O Globo* da participação da UNE em relação às discussões sobre a Reforma Universitária nas duas décadas, baseado nas edições publicadas em março de 1961, maio de 1962, dezembro de 1963, dezembro de 1968 e entre julho de 2003 e agosto de 2005, pesquisadas na Agência O Globo. Por fim, a partir disso, haverá a comparação da abordagem do veículo de comunicação em questão sobre a participação da UNE e contribuição da entidade às propostas do governo e, ainda, uma análise de como foi feita (quando houve) a cobertura jornalística dos momentos acima assinalados diante dos momentos políticos atravessados pelo país.

## **1 A REFORMA UNIVERSITÁRIA**

Como vimos anteriormente, a primeira legislação brasileira que versava sobre o ensino superior foi criada em 1891 para apontar diretrizes de funcionamento das instituições de ensino superior já existentes (Faculdades de Direito, de Medicina, Escolas Politécnicas, de Minas e de Engenheiro Geógrafo), equivalendo, portanto, a um estatuto. Dez anos depois, em 1901, tendo Campos Sales como presidente, aconteceu a reforma de Eptácio Pessoa, então ministro da Justiça e Negócios Interiores, órgão responsável pela educação.

A base dessa reforma foi o Decreto nº 3.390, de 1º de janeiro daquele ano. O decreto versava sobre a organização, composição e funcionamento das Faculdades de Direito, Medicina, a Escola Politécnica, a de Minas e o Ginásio Nacional, mantendo os currículos e cadeiras estabelecidos anteriormente na reforma realizada por Benjamim Constant.

Novamente passaram-se dez anos antes da outra reforma. Em 1911, sob a presidência de Hermes da Fonseca, Rivadávia Correa, ministro da Justiça e Negócios Interiores, conseguiu a aprovação, pelo Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, da Lei Orgânica dos ensinos superior e fundamental. No entanto, ainda foram mantidos os currículos e as cadeiras da reforma de Benjamim Constant para os cursos superiores existentes.

Já em 1915, no governo do presidente Vencesláu Braz, o ministro da Justiça e Negócios Interiores, Carlos Maximiliano, conseguiu fazer aprovar o Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, que reorganizou o ensino secundário e o superior. A reforma de Maximiliano alterou o currículo das Faculdades Federais de Direito (Pernambuco e São Paulo), Medicina (Bahia e Rio de Janeiro), incluindo Odontologia e Farmácia e Escola Politécnica (Rio de Janeiro): Engenharia Civil, Mecânica e de Eletricidade e Industrial.

A reforma de João Luiz Alves, então ministro da Justiça e Negócios Interiores, também chamada Reforma João Alves, surge dez anos depois, em 1925, com o Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. O texto estabeleceu a realização de concurso público federal para a difusão do ensino primário, organizou o Departamento Nacional do Ensino e reformou o ensino secundário e o superior.

Esta reforma avançou, embora timidamente, sobre a organização e o funcionamento de todos os níveis de ensino. Criou o Conselho Nacional de Ensino, em substituição ao Conselho Superior de Ensino e alterou o currículo dos cursos de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia

e Engenharias (civil, elétrica e industrial). Pela primeira vez na legislação educacional brasileira surgiu o conceito de universidade, personificado na Universidade do Brasil – hoje conhecida como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O texto determinou ainda a criação de outras universidades nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Como se pode observar, as primeiras reformas do ensino superior no Brasil tiveram como aspectos básicos a formulação de um estatuto que regesse o funcionamento das instituições e a definição dos currículos dos cursos. Tais legislações também englobaram as reformas dos outros níveis de ensino (primário e secundário). Não havia ainda, portanto, a idéia de um modelo a ser seguido que padronizasse o funcionamento das instituições de ensino superior existente.

Por esse motivo é que a reforma realizada em 1931, após a Revolução de 1930, que iniciou a “Era Vargas”, é considerada a primeira grande Reforma Universitária realizada no país, pois teve vigência prolongada – até 1961. Tamanha foi a importância desse processo no meio acadêmico que muitas diretrizes determinadas naquela época são seguidas até hoje pelas universidades atuais.

A reforma de Francisco Campos, que ocupava o já criado Ministério da Educação e Cultura (MEC) do governo Vargas, foi estabelecida pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Esta reforma foi a primeira a colocar a universidade como modelo para o desenvolvimento do ensino superior no país, estabelecendo a organização, composição, competência e funcionamento da administração universitária (reitoria, conselho universitário, assembléia geral universitária, institutos, conselho técnico-administrativo, congregação etc.) e prevendo a representação estudantil.

A lei que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras indicava que o ensino superior “[...] obedecerá, de preferência, ao sistema universitário”, podendo ainda ser ministrado por institutos isolados: o primeiro será regido pelo referido estatuto e os segundos pelos respectivos regimentos. O decreto foi estruturado em vários títulos definidores das regras da institucionalização e de padronização do sistema público de educação superior “oficial” (criado por lei federal ou estadual), “oficializado” (equiparado à estrutura oficial federal ou estadual) ou “livre” (independente, regulando-se por estrutura própria). No Título I, define-se como “Fins do Ensino Universitário”:

*“[...] elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; enfim concorrer pela educação do indivíduo e da coletividade (...) para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade”<sup>5</sup>.*

Ainda segundo o decreto, as universidades deveriam estar voltadas para o desenvolvimento do país. A organização das universidades *“atenderá primordialmente ao critério dos reclamos e necessidades do país”* e *“será orientada pelos fatores nacionais de ordem psíquica, social e econômica”*. Pela primeira vez também foi introduzida a investigação científica como um dos objetivos do ensino universitário no Brasil.

Outra novidade foi a permissão para que as universidades pudessem ser criadas e mantidas pelo governo federal, pelos Estados, ou sob a forma de fundações ou de associações, por particulares, constituindo universidades federais, estaduais e livres – particulares nos termos de hoje. As universidades livres poderiam ser equiparadas às universidades federais, assim como as universidades estaduais. Ou seja, somente a partir desta reforma a livre iniciativa passou a ter a oportunidade de ingressar na oferta do ensino superior.

Tais mudanças no ensino superior brasileiro, como citado anteriormente, ficaram em vigor até 1961. No ano em questão foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de nº 4.024, de 20 de dezembro. Foi a primeira vez que, no Brasil, foi criada uma lei para regular a organização e funcionamento do ensino no país em todos os níveis.

## 1.1 A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968

A LDB, como já foi definido, não apontava diretrizes específicas para o ensino superior do país. Com a ascensão do regime militar em 1º de abril de 1964, o governo estabeleceu regras para controlar a produção científica nas universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior através da intervenção na escolha dos ocupantes dos cargos administrativos. Naquela época, era dentro das universidades onde estavam os intelectuais, dos meios cultural, artístico, acadêmico e político, que mobilizavam a sociedade na resistência à ditadura.

---

<sup>5</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931. . **Coleção de leis do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1931. Disponível em: <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>. Acesso em 29 abr. 2005.

Os líderes dos movimentos sociais contra o regime militar foram cassados, mortos e exilados e as regras de organização e funcionamento das universidades e nos estabelecimentos isolados foram consolidadas na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, período de vigência do governo do general Arthur da Costa e Silva, cujo ministro da Educação era Tarso Dutra. A legislação também ficou conhecida no meio acadêmico como a Reforma Universitária de 1968.

O texto determinava que o ensino superior *“tem por objetivo a pesquisa”, “será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado”* e, ainda, *“as universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos”*<sup>6</sup>.

No entanto, a organização e funcionamento das instituições deveriam ser registrados em estatutos que, por sua vez, seriam submetidos à aprovação de Conselho de Educação competente. Outra medida de controle prevista na legislação era a nomeação de reitor e vice-reitor pelo governo e escolhidos por lista de nomes indicados pelo Conselho Universitário ou colegiado equivalente.

No capítulo três, referente ao corpo discente, o presidente Costa e Silva permitiu que os estudantes tivessem representação nos órgãos colegiados das instituições de ensino superior, com direito a voz e voto. Mas o número de representantes estava limitado em, no máximo, 1/5 do total de membros. Também foi concedida aos jovens a organização de diretórios para que pudessem se agrupar, só que, a exemplo da administração das universidades, as unidades deveriam elaborar regimentos a serem submetidos à aprovação de instância universitária ou escolar competente e *“[...] o diretório cuja ação não estiver em consonância com os objetivos para os quais foi instituído será passível das sanções previstas nos estatutos ou regimentos”*<sup>7</sup>.

Em contrapartida, as universidades e estabelecimentos isolados deveriam criar funções de monitor para alunos que demonstrassem aptidão em desempenhar atividades técnicas e didáticas de determinada disciplina. Os monitores deveriam ser remunerados e sua atuação considerada como título para posterior ingresso na carreira de magistério superior, caso fosse esta a intenção do universitário.

---

<sup>6</sup> Brasil. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, op. cit.

<sup>7</sup> Idem.

Após a implementação desta reforma, o Brasil ainda viveu sob o regime militar oficialmente por mais 17 anos. O período mais intenso de repressão foi a partir do decreto do Ato-Institucional nº5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968 – que concedeu mais poderes de ação para policiais e militares – até o fim do mandato do general Emílio Garrastazu Médici, que assumiu a presidência do país entre 1969 e 1974. Seu governo é considerado o mais duro e repressivo da ditadura.

O período ficou conhecido como “anos de chumbo” devido à crescente repressão à luta armada e uma severa política de censura à mídia e formas de expressão artística. Muitos professores, políticos, músicos, artistas e escritores foram investigados, presos, torturados ou exilados do país. Somente em 1978, durante o governo do general Ernesto Geisel, o AI-5 foi derrubado, iniciando o processo de redemocratização do país.

O processo de restauração da democracia no país foi concretizado em 1985. A crise econômica dos últimos anos da ditadura favoreceu o fortalecimento dos sindicatos e partidos políticos. Junto com artistas, jogadores de futebol e personalidades, milhões de brasileiros participaram em 1984 do movimento das Diretas Já, por eleições diretas para a presidência do país. Em 15 de janeiro do ano seguinte o colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves para presidente da República.

O fim do regime militar, no entanto, não significou mudança na legislação que versava sobre o funcionamento das instituições de ensino superior do país. A lei que instituiu a Reforma Universitária de 1968 só foi revogada em 1996, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei nº9.394, estabelecendo uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação<sup>8</sup>.

A legislação de 1996 (em vigor até a conclusão deste trabalho), apresenta um capítulo especial sobre a educação superior. O texto da lei em questão especifica a finalidade do ensino ministrado nas instituições de ensino superior, cursos e programas abrangidos e, ainda, que “[...] a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação”<sup>9</sup>.

Além disso, a nova LDB também assegura às universidades, especialmente as públicas, atribuições que podem ser exercidas dentro de sua autonomia. Como na Reforma de 1968, a lei

---

<sup>8</sup> BRASIL. Lei nº9.394 de 20 de dezembro de 1996, op. cit.

<sup>9</sup> Idem.



garante autonomia didático-científica. Já quanto à formação do quadro de pessoal, as instituições “[...] obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional”<sup>10</sup>.

Contudo, o avanço da legislação referente à educação ainda não alcançava especificidades necessárias à organização e funcionamento das instituições de ensino superior. Os reitores e respectivos vices das universidades públicas, por exemplo, continuaram sendo nomeados pelo governo federal mediante lista tríplice apresentada pelas universidades.

Enquanto os reitores reivindicavam autonomia para gestão dos recursos financeiros, os professores e funcionários técnico-administrativos lutavam por plano de carreira e os estudantes retomavam as reivindicações da década de 1960, por maior representação nos órgãos colegiados das instituições e eleições diretas para a escolha dos ocupantes dos cargos administrativos. Tais propostas dos universitários eram comuns entre os jovens das universidades públicas e de instituições particulares.

## 1.2 AS VERSÕES DA REFORMA UNIVERSITÁRIA NO GOVERNO LULA

A eleição de Lula em 2002 representou para os movimentos sociais a abertura do diálogo entre as entidades e o governo federal. Com a promessa de priorizar os investimentos nas áreas sociais e promover o desenvolvimento no país, o presidente colocou Cristovam Buarque à frente do Ministério da Educação. Tanto que um dos primeiros compromissos do ministro foi visitar a sede da UNE em São Paulo. No encontro, Cristovam demonstrou disposição em realizar mudanças no sistema de ensino superior no país em prol do desenvolvimento. A Reforma Universitária passou a ser, então, prioridade na agenda educacional do país.

Mas, durante a gestão do primeiro ministro da Educação de Lula, pouco foi feito efetivamente. Somente em agosto de 2003, oito meses depois de assumir o MEC, ele promoveu o primeiro debate sobre o tema “Universidade: por que e como reformar?”. O encontro abriu a série de debates que aconteceriam sobre a Reforma Universitária em diversos pontos do país. Em dezembro de 2003, Cristovam chegou a anunciar que as linhas básicas para a discussão da

---

<sup>10</sup> BRASIL. Lei nº9.394 de 20 de dezembro de 1996, op. cit.

reforma já estavam traçadas e seriam registradas em um documento a ser entregue ainda naquele ano, o que não aconteceu.

Em 27 de janeiro de 2004, o ministro deixou o cargo e quem assumiu o Ministério da Educação foi Tarso Genro. Em seu discurso de posse, o novo ministro esclareceu que não interromperia o trabalho já iniciado por Cristovam e que a reforma continuaria como prioridade da gestão. A promessa foi cumprida. Pouco depois da posse, em 6 de fevereiro, Tarso instalou o Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior.

O grupo foi composto por membros da equipe do MEC (entre eles o secretário-executivo Fernando Haddad, que sucede Tarso no cargo em julho de 2005), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e com coordenação externa dos trabalhos da presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Wrana Panizzi. A missão deles era organizar um processo de discussão com entidades representativas ligadas à área educacional e, a partir das sugestões de cada uma, elaborar um pré-projeto de reformulação do ensino superior brasileiro.

Ao longo do ano de 2004, o ministro recebeu representantes de diversas entidades do meio educacional e incluiu no calendário do grupo executivo os eventos sobre a reforma patrocinados por elas. A lista das entidades representativas da comunidade acadêmica foi composta pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Academia Brasileira de Ciência (ABC), Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municípios (Abruem), Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu), Associação Nacional das Faculdades Isoladas (Anafiso), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Nacional dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Concefet), Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Compunham ainda o grupo a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), União Nacional dos Estudantes (UNE), Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica e Profissional (Sinasefe), Confederação Nacional dos Trabalhadores em

Estabelecimentos de Ensino (Contee), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE), Associação Nacional das Escolas Técnicas e Tecnológicas (Anett), Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES) e Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia<sup>11</sup>.

Em 7 de junho, após o ministério ter realizado quatro colóquios sobre o papel da universidade, autonomia, acesso e permanência, financiamento, gestão e estrutura, programas e conteúdos e avaliação, Tarso anunciou quais seriam as diretrizes do MEC para a reforma da educação superior, referentes a cada ponto acima citado<sup>12</sup>. Tais princípios norteariam a Lei Orgânica da Educação Superior, cuja previsão de ser enviada ao Congresso era para novembro daquele ano – prazo que não foi cumprido. Em seu discurso oficial, o ministro afirmou que

*“[...] a proposta de Lei Orgânica deverá ser capaz de ‘entender a educação como bem público, inserida no campo dos direitos sociais básicos, tratada como prioridade da sociedade brasileira e, portanto, como questão de Estado’. A universidade deve expressar, nesse contexto, uma ‘sociedade democrática, pluricultural e que cultiva a liberdade a solidariedade e o respeito às diferenças’. A lei deverá também ‘estabelecer a missão central e estratégica do Sistema Federal, tanto público como privado, no projeto de desenvolvimento cultural, econômico e social do País, formando profissionais de qualidade, produzindo ciência e tecnologia, assim como cooperando no entendimento do homem e do meio em que vive’”<sup>13</sup>.*

Entre as diretrizes, sobre acesso e permanência o ministro anunciou a implementação da política de reserva de vagas para alunos oriundos do ensino médio público, bolsas de trabalho para estudantes carentes e ampliação dos cursos noturnos. E em relação à estrutura e gestão, a intenção era levantar o debate sobre a realização de eleições diretas para reitor nas universidades públicas e de um pró-reitor acadêmico ou equivalente nas instituições privadas de ensino.

Os debates se seguiram até o final do ano, quando em 6 de dezembro de 2004 o ministro Tarso Genro apresentou oficialmente a primeira versão do anteprojeto de Reforma Universitária. Em termos gerais, o texto concedia autonomia às instituições federais de ensino superior e possuía regras rígidas para o setor privado. O artigo 18 apontava que as universidades deveriam garantir *“[...] a participação em seus órgãos colegiados deliberativos de representantes dos*

<sup>11</sup> REFORMA UNIVERSITÁRIA. Diversos. Disponível em: <www.mec.gov.br >. Acesso em jun–nov 2005.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Idem, ibidem.

*corpos docente e discente, dos servidores, técnicos e administrativos, e da sociedade civil, observada a participação majoritária de docentes em efetivo exercício na instituição*”<sup>14</sup>.

Especificamente para as universidades federais, no tocante à escolha de seus dirigentes, o artigo 39 determinava que *“Os estatutos das universidades federais deverão prever a forma de escolha de seus dirigentes máximos, reitor e vice-reitor, mediante eleição direta pela comunidade universitária”*.

Já para os universitários, o anteprojeto previa a criação do “Primeiro emprego acadêmico” e de uma loteria para financiar a assistência estudantil. O primeiro emprego acadêmico faria parte do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), instituído pela Lei nº10.748 de 2003, e os contratos de trabalho deveriam ser celebrados *“[...]em atividades de extensão, por estudantes matriculados em curso de graduação, e em atividades de ensino, como instrutores ou monitores, por estudantes matriculados em programas de pós-graduação, na mesma instituição superior de ensino”*<sup>15</sup>.

A seleção dos jovens que participariam do programa seguiria critério socioeconômico – famílias cuja renda *per capita* não ultrapassasse um salário mínimo e meio –, idade entre 16 e 24 anos e o fato de nunca terem trabalhado. O programa seria financiado pelo Ministério do trabalho, de acordo com as regras previstas pela Lei nº10.748, com contratos de duração mínima de um ano, podendo ser postergado. Apesar das regras, a seleção ficaria a cargo das próprias instituições e a fiscalização da execução dos contratos, sob responsabilidade do Ministério do Trabalho, com auxílio do MEC.

Já no capítulo referente à loteria para financiamento de ações de assistência estudantil<sup>16</sup>, a primeira versão da reforma descrevia que:

*“Art. 52. A Caixa Econômica Federal fica autorizada a realizar concurso anual especial com destinação da renda líquida exclusivamente para o financiamento de programas de assistência estudantil a estudantes de baixa renda do sistema federal da educação superior, referente a todas as modalidades de Loterias Federais existentes, regidas pelo Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e pelas demais normas aplicáveis, e mediante aprovação das respectivas regras pelo Ministério da Fazenda.*

<sup>14</sup> REFORMA UNIVERSITÁRIA, Anteprojeto de lei – versão preliminar, 6 dez. 2004. Capítulo II, Seção II, artigo 18, item II. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em jun – out 2005.

<sup>15</sup> Idem, ibidem, Seção IV, subseção II, artigo 56, §1.

<sup>16</sup> Idem, ibidem, ibidem, subseção I.

*Parágrafo único. Na seleção dos estudantes beneficiários dos programas a que se refere o caput deverá ser observada proporção mínima de autodeclarados negros e indígenas igual a proporção de pretos, pardos e indígenas na população, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”.*

A partir da apresentação do primeiro esboço do anteprojeto, o governo federal determinou prazo inicial até 15 de fevereiro de 2005 para que as entidades e a sociedade civil pudessem avaliar a proposta e enviar sugestões de emendas para modificar o texto. Até o término deste prazo, no entanto, apenas a UNE havia enviado proposta de emenda ao ministério<sup>17</sup>. As demais entidades ainda estavam em processo de debate. A pedido da Andifes – cuja presidente, Ana Lúcia Gazzola, alegou que havia questões que precisavam ser discutidas melhor –, o governo adiou o último dia de recebimento de emendas para 30 de março. Ao todo, o MEC recebeu 121 propostas, de entidades acadêmicas, científicas e da sociedade civil organizada.

Mesmo depois de terminado o prazo para envio de contribuições ao anteprojeto, as entidades ligadas à área educacional e movimentos sociais continuaram promovendo fóruns sobre a Reforma Universitária. A segunda versão do texto só foi apresentada dois meses depois, em 30 de maio. O novo texto era mais “enxuto” que o primeiro, com 72 artigos (o anterior possuía 100 artigos).

A proposta manteve a autonomia para as universidades federais contida na primeira versão, assim como o artigo referente à eleição para reitor e vice-reitor. O artigo mudou do número 37 para 50 e foram acrescentados três critérios para que os candidatos pudessem concorrer à reitoria: título de doutor, pelo menos dez anos de docência no ensino superior público e estar em efetivo exercício. Em relação à composição dos colegiados, as normas de organização foram estendidas a todas as instituições de educação superior, observando-se a prevalência da representação docente<sup>18</sup> – a exemplo do primeiro texto.

Já a seção que tratava das políticas de democratização do acesso e de assistência estudantil, que passou para o capítulo III, seção IV na segunda versão do anteprojeto, foi completamente modificada. O novo texto determinava que as instituições federais de ensino

---

<sup>17</sup> O conteúdo da primeira proposta de emenda da UNE ao anteprojeto de reforma será detalhado no capítulo 2 deste trabalho, item 2.3.

<sup>18</sup> REFORMA UNIVERSITÁRIA. Anteprojeto de lei – 2ª versão, 30 mai. 2005, título I, capítulo II, seção I, artigo 17, item IV. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em jul-nov 2005.

superior deveriam formular e implantar programas de ação afirmativa e inclusão social, e medidas de assistência estudantil.

Entre estas últimas, bolsas de fomento a formação científica e atividades de extensão, moradia e restaurante universitários e programas de inclusão digital, auxílio para transporte e assistência à saúde e, ainda, apoio à participação em eventos científicos, culturais e esportivos, bem como de representação estudantil nos colegiados institucionais. Para financiar as medidas previstas, as universidades destinariam, no mínimo, 5% do valor de sua verba de custeio<sup>19</sup>.

Entre a apresentação da segunda versão e do texto final do anteprojeto passaram-se apenas dois meses. As entidades ligadas à área educacional seguiram debatendo o tema e fazendo elogios e críticas à proposta do governo federal. A comissão executiva do MEC responsável pela reforma se reuniu pela última vez no dia 19 de julho para finalizar o documento. Finalmente, em 29 de julho de 2005, o ministro Tarso Genro entregou o texto final do anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior.

A última versão do projeto do governo federal trouxe poucas mudanças em relação ao texto anterior. A proposta final diminuiu para 69 artigos, contra os 72 da segunda versão. No artigo a respeito da forma de escolha do reitor e respectivo vice nas instituições federais, que passou para o número 47, a redação foi pouco modificada, mantendo as eleições diretas, mas acrescentando que o estatuto de cada universidade estabeleceria a forma de escolha de seus dirigentes. Os estatutos e regimentos também definiriam a composição dos órgãos colegiados, respeitando-se a participação majoritária de docentes em, no mínimo, 50% da formação destes<sup>20</sup>.

A exemplo do artigo anterior, a seção sobre as políticas de assistência estudantil nas instituições públicas também conservou quase integralmente o texto anterior. A única modificação feita foi quanto à verba para os programas destinados a este fim, que passou a ser de 9% do orçamento de custeio das universidades federais<sup>21</sup>.

No entanto, a essa altura, a crise política devido a denúncias de corrupção no Congresso Nacional já havia tomado conta da agenda política do governo federal e o Partido dos Trabalhadores (PT) buscava um líder para administrar a situação. O nome escolhido foi o do ministro da Educação, Tarso Genro, que deixou o MEC no mesmo dia em que entregou a

---

<sup>19</sup> REFORMA UNIVERSITÁRIA. Anteprojeto de lei – 2ª versão, op.cit., título II, capítulo II, seção IV, artigo 57.

<sup>20</sup> Idem, Anteprojeto de lei da Educação Superior, 28 jul. 2005, título II, capítulo I, artigo 31. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em jul – nov 2005.

<sup>21</sup> Idem, ibidem, capítulo III, seção IV, artigo 54.

proposta final de Reforma Universitária para assumir a presidência do PT. Em seu lugar foi nomeado Fernando Haddad, que era secretário-executivo da pasta. O novo ministro assumiu no mesmo dia 29 de julho de 2005.

Em seu discurso de posse, Haddad anunciou que a saída do ministro gaúcho não implicaria em descontinuidade dos projetos do ministério, mas que a prioridade do governo federal seria aprovar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)<sup>22</sup>. A proposta de reforma do ministério ficou então na Casa Civil aguardando parecer para ser encaminhada à Câmara dos Deputados e Senado Federal para discussão e votação. Até o dia 31 de julho, período em que se encerra a análise deste trabalho, o anteprojeto continuava parado na Casa Civil.

Após a explanação sobre a Reforma Universitária, passaremos à análise da atuação do movimento estudantil no Brasil, passando pelo surgimento da UNE, os seminários da entidade sobre a reforma na década de 1960, a ligação dos estudantes com a reforma de 1968 e a participação dos jovens na formulação das versões do anteprojeto da Lei Orgânica do governo Lula em 2004 e 2005.

---

<sup>22</sup> Segundo o site do MEC, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) visa a ampliação dos recursos aplicados pela União, estados e municípios na educação básica pública e valorização do salário dos profissionais do setor. A criação do novo modelo de financiamento foi apresentada ao Congresso Nacional sob forma de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em 14 de junho último. A urgência pela votação da PEC se deve pelo fato de que o atual financiamento – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, Fundef – só vigora até o final de 2005, por isso a urgência do ministro Fernando Haddad em priorizar a aprovação do Fundeb.

## 2 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS REFORMAS

O movimento estudantil no Brasil, como conhecemos hoje, surgiu a partir da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937. Apesar disso, a primeira participação dos estudantes na vida política do país de que se tem registro data do ano de 1710, auge do período colonial, quando cerca de mil soldados franceses, sob o comando do capitão Jean François Duclerc, tentam invadir a cidade do Rio de Janeiro. Quem descreve é o escritor Olavo Bilac, na obra *Contos Pátrios*, de 1912:

*“[...] viram (os franceses), defendendo o caminho, uma multidão de moços que os esperava a pé firme. Não havia uma farda nas suas fileiras. Todas as fardas estavam ainda no campo do Rosário cercando o governador (Francisco de Castro Moraes), que hesitava e vacilava, sem se resolver a cortar o passo aos invasores. Os que guardavam a Rua Direita eram todos moços. Quantos? Quatrocentos ou quinhentos, se tanto. Desiguais, nas armas, como no vestuário, tinham-se reunido à pressa, ao acaso. Cada um apanhava a primeira arma que encontrava a mão. Eram quase todos estudantes [...]”*<sup>23</sup>

Esta primeira fase da atuação política dos estudantes é chamada pelo escritor Antônio Mendes Júnior de “fase de atuação individual”<sup>24</sup>. Ela compreende, em relação à divisão clássica da história brasileira, desde os fins do período colonial até o início dos tempos do Império. A segunda fase, segundo o escritor é a da “atuação coletiva”, que corresponde ao período entre o Segundo Império e Primeira República, estendendo-se até o início do regime do Estado Novo, em 1937. Neste período começam a surgir as Sociedades Acadêmicas. Até a segunda metade do século XIX, a maioria delas promovia mais atividades culturais e intelectuais do que políticas.

Somente a partir de 1870, quando se iniciou a campanha pela abolição da escravatura em todo o país, a situação começou a mudar. As Sociedades Acadêmicas passaram a participar ativamente na luta pela libertação dos escravos e, por conseguinte, na oposição ao próprio

<sup>23</sup> BILAC, Olavo, *Contos Pátrios*, p. 117-125. Apud, POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro, Booklink Publicações Ltda, 2004, p. 54.

<sup>24</sup> ALMEIDA JR, Antônio Mendes de. *Movimento Estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História, n. 23). As referências sobre as classificações da atuação da UNE que se seguem também foram extraídas da mesma obra.



Império enquanto sistema de governo. O ideal republicano também crescia e chegava a se confundir com o abolicionismo.

Após o início do período republicano e fim da escravidão, os estudantes se uniram novamente para participar da Campanha Nacionalista lançada por ocasião da deflagração da Primeira Grande Guerra. Liderada pelo poeta Olavo Bilac, a campanha resultou na fundação da Liga Nacionalista, que teve papel importante na vida política universitária da época. A Liga apoiava a Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia) contra a Tríplice Aliança (Alemanha, Império Austro-húngaro e Império Turco) e desencadeou uma campanha para que o Brasil entrasse em guerra.

O problema, segundo o autor Antônio Mendes Júnior era que *“até 1937, as entidades estudantis surgidas pecavam, ou por possuírem um caráter local, carecendo, pois de expressividade nacional, ou por seu fôlego curto, surgindo e desaparecendo, muitas vezes sem deixar qualquer rastro”*<sup>25</sup>. A terceira fase de atuação do movimento estudantil, classificada pelo autor como “atuação organizada”, começou na década de 1930, após um período de marasmo depois do fechamento da Liga Nacionalista.

## 2.1 O SURGIMENTO DA UNE

Com a ascensão do regime fascista na Europa, e do Estado Novo no Brasil, algumas organizações estudantis, principalmente no Rio de Janeiro, começaram participar de todas as atividades realizadas pela sociedade civil e movimentos sociais contra o fascismo e a favor da democracia. Os protestos desencadearam a repressão policial no país, e muitos estudantes que participavam do movimento antifascista tiveram que se esconder. Com isso, os jovens passaram a vislumbrar a criação de uma entidade através da qual eles poderiam colaborar uns com os outros na luta pela mudança da realidade nacional.

Em 11 de agosto de 1937, foi realizado então o I Conselho Nacional dos Estudantes, na Escola de Belas Artes, no Rio. Esta data é considerada como a fundação da União Nacional dos Estudantes. Neste encontro, foram definidos os estatutos da entidade, com a criação de uma diretoria formada por representantes de todas as organizações estudantis do país. Além disso, foi

---

<sup>25</sup> ALMEIDA JR, op. cit., p. 34.

aprovada uma proposta proibindo expressamente a discussão de temas políticos. No entanto, seis meses depois desse Conselho, Getúlio Vargas comandaria o golpe de estado e instauração do regime do Estado Novo, instaurando uma ditadura que duraria até 1945.

Apesar da realização do primeiro conselho nacional estudantil, a solidificação da UNE só se deu no II Congresso Nacional (nome que substituiu o conselho), realizado em dezembro de 1938, com a presença do governo federal e o apoio de 82 associações universitárias e secundaristas de todo o país. Nessa ocasião, também foi eleita a primeira diretoria, que instalou sua sede na Casa do Estudante do Brasil. Foi neste congresso que os estudantes começaram a expressar suas preocupações com os problemas das classes exploradas. Entre as resoluções aprovadas, a mais significativa apontava proposições dos jovens para a realização de alterações na estrutura educacional do país.

Entre elas, a realização da Reforma Universitária, para promover a integração da universidade e sociedade. Para tal, eles sugeriam a criação de universidades populares, a eleição de reitores e diretores de escolas pelos corpos docente e discente, remuneração descente para os professores, aproveitamento dos alunos como monitores ou estagiários, autonomia e liberdade de atuação para as entidades estudantis etc. Algumas destas reivindicações continuam até hoje sendo bandeiras do movimento estudantil.

No ano seguinte ao segundo congresso, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o movimento estudantil passou por grandes dificuldades. Em 1940 e 1941, a UNE lançou apenas um tímido manifesto, apelando pela paz entre as nações. Já no início de 1942, com o reconhecimento oficial da entidade em 11 de fevereiro – registrado no Decreto-lei n° 4.105 –, os estudantes iniciaram uma campanha pela declaração de guerra às potências nazi-fascistas. A campanha veio a transformar-se depois, na luta pela redemocratização do país e fim do regime ditatorial de Getúlio.

Ainda em 1942, houve o rompimento da UNE com a direção da Casa do Estudante, cuja diretora, Ana Amélia, afirmava desinteresse por todas as atividades desenvolvidas por aquela entidade (leia-se atividades políticas). Os integrantes da União Nacional foram, inicialmente convidados a deixar a casa e, posteriormente, expulsos pelos próprios moradores do local.

Devido a isso, o então presidente da UNE, Paes Leme, solicitou ao presidente Getúlio Vargas, a cessão do edifício da Praia do Flamengo, 132, na época sede do Clube Germânia – que havia sido fechado –, para instalar a nova sede da união estudantil. O pedido recebeu despacho

favorável do presidente, mas parou no Ministério da Educação, onde o ministro Gustavo Capanema levantava a dúvida da necessidade de tombamento do imóvel pelo Patrimônio Nacional antes de entregá-lo aos alunos. Inconformados, os universitários tomaram o local em 18 de agosto, onde passou então a funcionar a sede da UNE.

A partir da ocupação da nova sede, a UNE se articulou com várias entidades de oposição ao Estado Novo. Os estudantes convocaram comícios e se engajaram na luta pela volta da democracia e anistia aos presos políticos da ditadura. Após a derrubada de Getúlio em 1945, outra campanha de destaque lançada pela entidade em 1947 foi batizada de “O petróleo é nosso” e se tornou um dos maiores movimentos de opinião pública na história do país.

A primeira metade da década de 1950 é marcada pela ascensão de correntes ligadas a União Democrática Nacional (UDN) do movimento estudantil à direção da UNE. A Coligação Acadêmica Democrática, financiada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, pretendia enfraquecer o movimento estudantil, elegendo uma diretoria “pouco incômoda” para o imperialismo norte-americano. As correntes “direitistas” permaneceram na direção da união estudantil até 1956.

No entanto, mesmo com a interferência “direitista” na direção do movimento, em junho de 1952, a UNE liderou a greve contra o provimento ilegal de cátedra. Já em 1954, realizou manifestações contra fraudes nos exames e outra greve, desta vez em protesto à ineficiência das faculdades naquele ano. Em 1956, no XIX Congresso da UNE, é eleito para presidente da entidade o estudante José Batista de Oliveira Júnior, que havia liderado uma greve contra o aumento das tarifas dos bondes no Rio de Janeiro, quando esteve à frente da União Metropolitana de Estudantes (Umes). José Batista iniciou um período de “recuperação democrática” da entidade estudantil, voltando às lutas.

Somente a partir do XXII Congresso da UNE, em 1959, é que os estudantes voltam a discutir questões educacionais. A gestão de João Manuel Conrado, presidente da entidade até 1960, foi marcada pelo início da oposição ao projeto de “Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O projeto, segundo os estudantes, criava condições para o desaparecimento progressivo do ensino público e gratuito.

As instituições de ensino público seriam substituídas por instituições privadas onde, segundo a UNE, “*a caixa registradora era a primeira coisa que se via, antes das salas de aula, quadros-negros ou professores*”. O debate em torno da LDB fez com que a entidade estudantil

lançasse, nacionalmente, uma campanha contra a lei e em defesa do fortalecimento do ensino público.

Em 1960, sob o comando do universitário baiano Oliveiro Guanais, a UNE passou a adotar como método de trabalho a realização de seminários para a construção de programas de atuação. Os seminários reuniram representantes de vários estados brasileiros que traziam sugestões, problemas e críticas sobre os mais importantes assuntos da época. Os resultados das discussões eram registrados em “cartas programáticas”, que eram levadas às faculdades e serviam de orientação para as atividades do movimento estudantil.

## 2.2 A UNE E OS SEMINÁRIOS SOBRE A REFORMA UNIVERSITÁRIA

A questão da Reforma Universitária enquanto luta pela democratização da universidade, no entanto, só ressurgiria no I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior. O fórum, promovido pela UNE, foi realizado em maio de 1960, na Bahia, e contou com a presença de 14 delegações de países latinos. Segundo Maria de Lourdes A. Fávero, *“A partir da década de 60, o movimento estudantil passa a relacionar as reivindicações de caráter pedagógico à luta política”*<sup>26</sup>.

As discussões do encontro limitaram-se apenas a aspectos técnicos e pedagógicos e da formação profissional. Mesmo assim, o seminário acaba por incitar debates mais aprofundados em torno da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – promulgada em 1961 –, quando o movimento estudantil passa a tomar consciência da necessidade de transformação das estruturas sociais brasileiras.

Em maio de 1961, sob o comando do presidente Aldo Arantes, a UNE realizou o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Salvador. Os resultados das discussões do encontro foram registrados na Declaração da Bahia. O primeiro texto dos estudantes para a reforma tratava da realidade brasileira, a situação da universidade neste contexto e a Reforma Universitária propriamente dita. Em relação à realidade do país, eles defendiam, entre outras propostas, a rejeição total do projeto de Diretrizes e Bases da Educação – estava em tramitação no Senado quando foi realizado o seminário –, e a elaboração de uma lei que atendessem às

---

<sup>26</sup>FÁVERO, Maria de Lourdes A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994, p. 28.

demandas da sociedade, como a erradicação do analfabetismo e a ampliação de verbas destinadas à educação.

Já sobre a situação da universidade, os jovens caracterizam-na como superestrutura de uma sociedade alienada, isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida e estratificada quanto à distribuição de benefícios econômicos e sociais. Caracterizam-na ainda como um privilégio, situada no topo do processo discriminatório do ensino brasileiro (UNE, 1961). A universidade, segundo eles, estaria falhando em sua missão entre outras razões, por não formar profissionais para atender às exigências da realidade socioeconômica do país.

A proposta para a Reforma Universitária, portanto, parte do princípio de que ela seja entendida como parte de uma reforma mais ampla. Para isso, o documento propõe como objetivos: lutar pela reforma e democratização do ensino, dando a todos condições de acesso à educação em todos os degraus; abrir a universidade ao povo, mediante criação de cursos acessíveis a todos; colocar a universidade a serviço das classes menos favorecidas, com a criação de escritórios de assistência médica, jurídica, odontológica etc<sup>27</sup>.

Além disso, quanto aos aspectos acadêmicos e pedagógicos, os participantes do seminário colocam questões essenciais, muitas que continuam até hoje sendo objetos dos debates sobre a Reforma. Entre elas estão: autonomia didática, administrativa e financeira para as universidades, desde aquela época aprovada como princípio constitucional; regime de trabalho integral para os docentes; melhoria da qualidade dos professores; participação do corpo docente, discente e um grupo de ex-alunos na administração, através de critério de proporcionalidade; não reeleição, por mais de um período, dos reitores e diretores de faculdades; ampliação do número de vagas nas instituições públicas; elaboração de currículos e programas voltados para o desenvolvimento do país, respeitando-se as diferenças regionais e concentração das disciplinas tidas como básicas nos dois primeiros anos do curso.

A Declaração da Bahia foi classificada por Arthur Poerner como “*primeiro dos mais importantes textos programáticos do movimento estudantil na Quarta República, equivalendo, em importância, ao que haviam significado as conclusões do 2º Congresso Nacional de Estudantes durante o Estado Novo*”<sup>28</sup>. Já a autora Maria de Lourdes A. Fávero destaca que o

---

<sup>27</sup> DECLARAÇÃO DA BAHIA, Apud, FAVERO, op.cit, p. III.

<sup>28</sup> POERNER, op. cit. , p. 174.

primeiro seminário nacional sobre a reforma promovido pela UNE teve o mérito de discutir a questão, mas não encaminhou sugestões para resolver os problemas da universidade.

*“Do ponto de vista histórico, reflete uma mudança no encaminhamento do movimento estudantil através de suas lideranças. No entanto, apesar de o documento discutir as questões da universidade problematizando-as, não chega a apresentar uma crítica consistente a respeito da sociedade de classes e uma proposta político-pedagógica”<sup>29</sup>.*

Apesar disso, a Declaração da Bahia repercute entre os jovens, contribuindo para mobilizá-los sobre a necessidade de se reformar a universidade. O resultado dessa tomada de consciência é a realização do II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em menos de um ano após o primeiro. O encontro, realizado entre os dias 17 e 24 de março de 1962, teve como sede a cidade de Curitiba (PR).

Este fórum retomou a postura crítica já definida em Salvador. As propostas ligadas aos aspectos acadêmicos e pedagógicos são reafirmadas, com a inclusão de novas sugestões como a criação do Colégio Universitário (como forma de modificar o sistema de ingresso nas instituições de ensino superior) e a utilização dos órgãos anexos existentes na Universidade de Brasília – biblioteca central, emissora universitária, imprensa e centro de cultura artística – como intermediários entre a universidade e o povo.

No entanto, o destaque fica por conta da ênfase dada pelos alunos à participação estudantil nos órgãos colegiados das universidades, com representação de 1/3 da composição. A proposta já havia sido discutida durante o primeiro seminário. Naquela ocasião, a pretensão dos estudantes era de 40%. Desta vez, eles cobravam o cumprimento da LDB – promulgada em 20 de dezembro de 1961 –, que no artigo 78 determinava a representação do corpo discente, com direito a voto, nos conselhos universitários, departamentais e nas congregações das universidades e escolas superiores. A porcentagem dessa participação, no entanto, deveria ser determinada nos estatutos das entidades.

Ao contrário do primeiro fórum, onde não foram apontadas soluções para os problemas das universidades, a novidade da Carta do Paraná, documento final do segundo seminário, foi a proposição de um “Esquema tático de luta pela Reforma Universitária”. Os estudantes determinaram que, caso a reivindicação da participação de 1/3 não fosse atendida até 27 de junho

---

<sup>29</sup> FÁVERO, op. cit., p. 37.

de 1962, último dia fixado pelo governo para que as instituições de ensino superior enviassem seus estatutos ao Conselho Federal de Educação, eles entrariam em greve.

Para mobilizar os estudantes, a UNE promoveu a caravana “UNE-Volante”. A caravana visitou as capitais do país e, através de encenações teatrais promovidas pelos artistas do Centro Popular de Cultura (CPC) – criado em 1961 –, conscientizou os jovens sobre a necessidade de realização da Reforma Universitária. A peça teatral “Auto dos 99%”, encenada pelo grupo do CPC, ironizava o fato de que de cada 100 jovens em idade escolar apenas um conseguia se matricular em curso de nível superior<sup>30</sup>.

Em 27 de junho, como o pedido de 1/3 de representação estudantil nos conselhos universitários não foi acatado, a greve foi deflagrada. A repercussão da caravana foi tamanha que a greve chegou a paralisar 90% das universidades do país durante cerca de dois meses. Neste período, os alunos realizaram assembléias e reuniões para discutir as propostas aprovadas nos dois seminários da UNE sobre a Reforma. A paralisação terminou sem que seu objetivo fosse atendido, devido a problemas internos do movimento e ainda às ameaças de golpe de estado ao governo federal.

Em julho de 1963, a UNE realiza o XXVI Congresso da entidade e elege para presidente o estudante paulista José Serra. Ele preside, em dezembro do mesmo ano, o III Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Belo Horizonte (MG). As discussões do último fórum sobre o tema antes da instauração do regime militar no país seguiram as diretrizes registradas na Carta do Paraná. Durante este seminário, os estudantes fizeram um balanço do que eles haviam feito e discutido sobre a reforma e se aprofundaram nos temas.

*“Ao se preocupar em especificar os objetivos da Reforma em relação aos diversos ramos do ensino, o movimento universitário estava trilhando de novo os caminhos bem concretos dessa luta. E inclusive criando as condições para que, ultrapassando o período de perplexidade diante do vulto alcançado pela greve e diante dos seus efeitos junto às bases universitárias, pudesse o movimento estudantil, levando a cabo a revisão crítica das lutas passadas, tirar algumas lições importantíssimas de sua já ampla experiência de luta pela Reforma Universitária”.*<sup>31</sup>

<sup>30</sup> MARTINS, Franklin. *Auto dos 99%, 1963 – CPC da UNE – (musical)*. Disponível em: <<http://franklinmartins.globo.com/franklinmartins/somnacaixa.html>>. Acesso em 17 ago. 2005.

<sup>31</sup> UNE: Luta atual pela Reforma Universitária, 1963. Apud, FÁVERO, op.cit, p.CXI.

O principal objetivo do terceiro seminário, de apresentar propostas concretas para a reforma, foi cumprido. Os estudantes elaboraram um projeto de emenda à Constituição Federal de 1946 e, também, um substitutivo à LDB, referente ao ensino superior. Segundo eles, a execução das medidas propostas representaria o início da democratização da universidade e abririam caminho para a realização da Reforma Universitária.

A emenda da UNE apenas propunha a extinção da cátedra vitalícia e a criação de uma carreira para os docentes, além de verificação periódica de sua capacidade de se atualizar. Já o substitutivo a LDB estava dividido em quatro pontos principais. Um deles reforçava a sugestão da emenda em acabar com a vitaliciedade de cátedra e criar um regime de carreira para o professor. Os outros pontos referiam-se à extinção do vestibular, substituindo-o por exames de classificação e, não, eliminação; à criação de um novo sistema e novas diretrizes para a distribuição e aplicação das verbas universitárias; e reforçavam a reivindicação de participação estudantil de, no mínimo, 1/3 nos órgãos colegiados das instituições de ensino superior.

Os projetos seriam encaminhados ao Congresso Nacional no início do ano de 1964. No entanto, o golpe de estado e a restauração do regime militar em 1º de abril daquele ano fizeram com que a UNE incorporasse as lutas contra todas as formas de repressão às liberdades no país. Devido a isso, o governo criou a Lei nº 4.464, do mesmo ano, decretando o fim da autonomia dos diretórios e centros acadêmicos e subordinando sua existência ao estatuto de cada instituição de ensino superior, bem como a UNE, que era a entidade nacional que agregava tais representações estudantis.

Durante a ditadura militar, a repressão policial tentou por várias vezes conter o movimento estudantil. Apesar disso, a UNE realizou vários protestos e passeatas, inicialmente contra os acordos MEC-Usaid. Os convênios entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency International for Development (Usaid) começaram a ser implementados no país já em 1964, logo após o golpe, com o objetivo de implementar o modelo educacional norte-americano no Brasil em todos os níveis de ensino. Em relação às universidades, especificamente, a intenção era realizar uma profunda reforma.

Em 1966, foram implementadas no ensino superior as primeiras medidas do acordo entre o MEC e a Usaid que prestaria assessoria para modernização administrativa universitária. Em resposta, os estudantes realizaram protestos nas ruas do país, não só contra a assessoria da agência de desenvolvimento nas universidades, mas também nos ensinos médio e básico.



As manifestações surtiram efeito contrário ao esperado pelos jovens. Em 1967, o governo federal ampliou a parceria com a Usaid para publicações técnicas, científicas e educacionais. No mesmo ano, é criada ainda pelo Ministério da Educação e Cultura a Comissão Meira Mattos, para analisar a crise estudantil e sugerir mudanças no sistema de ensino, notadamente nas universidades, e promulgado o Decreto-lei nº 252, com o objetivo de realizar a reforma universitária, criando a estrutura de departamentos.

Já em 1968, os protestos passaram a ser contra todas as políticas do governo. Em 13 de dezembro de 68, é decretado o Ato Institucional nº5 (AI-5), que serviu de instrumento para que os militares pudessem aumentar os poderes do presidente e permitir a repressão e perseguição das oposições. Entre as entidades que passaram à condição de clandestinas estava a UNE. Neste período, muitos líderes estudantis foram presos, torturados e assassinados.

Pouco antes do AI-5, em outubro de 1968, cerca de mil jovens tentaram realizar, clandestinamente, o XXX Congresso da UNE, na cidade de Ibiúna, interior de São Paulo. A polícia foi avisada e prendeu os alunos sob a alegação de que participavam de uma entidade já considerada ilegal e extinta. Entre os jovens que foram capturados estavam os quatro principais líderes da época: Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos e Jean Marc von der Weid. Os três primeiros foram enviados para o México como presos políticos e Jean Marc escapou, saindo do país em janeiro de 1971, para o Chile.

A prisão e exílio destes quatro universitários representaram um duro golpe para o movimento estudantil. Com os líderes afastados da militância no país e o AI-5, o regime militar fez com que a organização dos jovens fosse desmontada, como coloca Arthur Poerner:

*“O movimento estudantil, tal como é entendido até aqui, foi interrompido com o AI-5. Sem condições sequer para se reunirem nos colégios e universidades, muito menos para saírem às ruas em passeata, os mais inconformados começaram a se agrupar e a ser arregimentados em organizações de luta armada... Como se vê, o poder jovem foi constrangido pelo silêncio ou ao engajamento na luta armada”<sup>32</sup>.*

A retomada das manifestações contra o regime militar se daria somente em 1977. O AI-5 foi revogado em 1978 e, no ano seguinte, a UNE realizou, em Salvador, o Congresso Nacional de Reconstrução, que teve a participação de cerca de cinco mil estudantes.

---

<sup>32</sup> POERNER, op.cit., p.276.

Nos anos 80 os estudantes promoveram a reconstrução da UNE. Em 1984, a entidade estudantil participou da campanha “Diretas já” por eleições diretas no país e apoiou a candidatura de Tancredo Neves para a presidência. O candidato venceu as eleições nas urnas, mas faleceu antes de assumir o cargo. Até então, a UNE ainda era considerada pela legislação uma entidade inexistente. A união só voltou à legalidade em 1985, quando o governo federal permitiu a reorganização dos grêmios estudantis.

### 2.3 A ELEIÇÃO DE LULA E AS PROPOSTAS DA UNE AO ANTEPROJETO DO MEC

Já a década de 90 começou com o primeiro presidente eleito no país após 25 anos sem a realização de eleições para o cargo, Fernando Collor de Melo. Nesta época, os estudantes se engajaram na reivindicação por uma nova Lei de Diretrizes Bases da Educação. Collor confiscou o dinheiro da caderneta de poupança de milhões de brasileiros e começaram a aparecer as denúncias de corrupção no governo.

Em 1992 a UNE, junto com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), passou a liderar passeatas nas ruas do país pedindo o impeachment de Collor. Os estudantes que, nesta época foram apelidados de “caras pintadas”, se uniram a outros setores sociais e realizaram manifestação no centro do Rio de Janeiro, reunindo 30 mil pessoas. O ato atingiu seu objetivo: o afastamento definitivo do presidente ocorreu em dezembro daquele ano.

Apesar das mobilizações pela nova LDB no início de 1990, as discussões sobre a Reforma Universitária só voltaram a tomar fôlego entre o movimento estudantil universitário e o governo federal após a posse do presidente Lula, em 2003. Antes disso, durante os anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002), o ministro da Educação Paulo Renato Souza priorizou em sua gestão a autorização para abertura de novas instituições de ensino superior particulares. Tal medida, assim como a instituição do Provão<sup>33</sup> e outras que ocorreram durante os oito anos anteriores ao governo Lula, causou indignação entre os jovens. Eles foram às

---

<sup>33</sup> O Provão foi o exame criado pelo ministro da Educação Paulo Renato Souza para avaliar a qualidade do ensino ministrado nas instituições de ensino superior do país. A prova era aplicada aos formandos de todos os cursos e a quantidade de acertos era medida por conceitos que variavam de “A” a “E”, sendo o primeiro o melhor conceito e o último, o pior. As críticas da UNE ao exame eram em relação ao ranqueamento dos cursos, que era feito baseado nos conceitos obtidos pelos alunos, e ainda o fato de o exame ser baseado apenas na avaliação dos formandos.

ruas protestar e tentaram ser recebidos por Paulo Renato por diversas vezes, mas não obtiveram sucesso.

Ao contrário, já nos primeiros dias de governo Lula, o ministro da Educação, Cristovam Buarque, iniciou os debates em torno da necessidade de realização de mudanças no que é, hoje, o sistema de ensino superior no país. A idéia foi colocada no primeiro encontro entre o ministro recém-empossado e o então presidente da UNE, Felipe Maia, em 6 de janeiro de 2003 na sede da entidade estudantil em São Paulo (SP). O encontro marcou a retomada do diálogo entre o MEC e os estudantes.

No entanto, durante pouco mais de um ano da gestão de Cristovam Buarque, pouco foi realizado efetivamente sobre a reforma, como visto anteriormente no capítulo 2 item 2.2. Em junho de 2003, a união realizou seu 48º congresso e elegeu Gustavo Petta para a presidência da entidade. Assim como Felipe Maia, o novo presidente da entidade também era ligado à União Juventude Socialista (UJS), juventude do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), partido aliado ao PT. Em janeiro de 2004, o ministro da Educação foi retirado do cargo pelo presidente Lula e quem assumiu a pasta foi Tarso Genro, no dia 27 daquele mês.

A entrada do novo administrador trouxe fôlego para as discussões sobre a Reforma Universitária. Tarso fez do tema a prioridade de sua gestão. A exemplo de seu antecessor, logo depois que assumiu o MEC, o ministro se reuniu com o presidente da UNE, em 5 de fevereiro. Desta vez, no entanto, o encontro aconteceu na sede do Ministério da Educação em Brasília.

Na ocasião, Petta entregou um documento com propostas da entidade para as instituições federais de ensino superior, cobrando verbas para tirar estas universidades da crise financeira por que passavam – crise que perdurou até 15 de novembro de 2005, quando foi finalizado este trabalho. Outra reivindicação da entidade foi pela fiscalização do ensino nas instituições particulares, com o fechamento de cursos cuja qualidade fosse comprovadamente ruim. Além disso, o presidente da união estudantil anunciou a realização de uma caravana pelo país nas principais instituições de ensino superior do país para debater a Reforma Universitária.

Entre 30 de março e 2 de abril daquele ano, a UNE realizou sua tradicional jornada de lutas, para lembrar a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto e cobrar do governo federal a realização da reforma. Foram feitas manifestações em sete capitais do país: Belo Horizonte (MG) no dia 30; São Paulo (SP) e Brasília (DF) no dia 31; Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e

Cuiabá, no dia 1º; e Porto Alegre (RS) no dia 2. Em Brasília (DF), um grupo de 500 alunos protestou em frente ao Ministério da Educação e exigiram ser recebidos por Tarso Genro.

O ministro recebeu uma comissão de dez estudantes, que entregaram um documento cobrando que a proposta de reforma do governo contemplasse as reivindicações da entidade: reserva de 50% das vagas nas universidades para alunos oriundos de escola pública, regulamentação do ensino pago, ampliação de verbas para as universidades públicas, democratização do acesso à universidade e aos cursos noturnos, autonomia universitária e eleições diretas para a direção das universidades.

Pouco depois, nos meses de abril e maio, a caravana da UNE pela Reforma Universitária percorreu 35 instituições de ensino em 22 estados brasileiros, levando aos estudantes do país a discussão sobre a Reforma Universitária. Os debates nas universidades contaram com a presença não só de representantes do movimento estudantil, mas também de outras entidades e sindicatos ligados à área educacional, como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Federação Nacional dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e do próprio Ministério da Educação.

Antes dos debates, o grupo “Teatro de guerrilha” do Circuito Universitário de Cultura e Arte (Cuca) da União Estudantil encenava a peça “MEC Student Program”. De forma irônica e bem humorada o grupo criticou a privatização do ensino superior ao criar versões educacionais para os pacotes promocionais oferecidos nas redes de lanchonete tipo “fast food”. Ao fim da caravana, o presidente da UNE afirmou que as viagens cumpriram o objetivo de mobilizar os jovens em torno da reforma. Além das diretrizes já levantadas pela direção da entidade na reunião da executiva, foram incluídas nos relatórios das visitas da caravana propostas sobre a inserção do ciclo básico, fim das estruturas departamentais e reforma dos currículos.

As idéias dos jovens foram levadas para discussão no 53º Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg) da União, realizado junto com um seminário nacional sobre a reforma, entre os dias 29 de julho e 1º de agosto do mesmo ano. O objetivo da reunião foi formular e aprovar um documento com as conclusões dos estudantes. O documento aprovado por cerca de 500 universitários, representantes de Diretórios Centrais Estudantis (DCEs) e de executivas de curso, apresentou as reivindicações da UNE em nove pontos.

Os itens abordavam autonomia universitária, democracia interna, democratização do acesso (subdividido em assistência estudantil, reserva de vagas e cursos noturnos), investimentos no ensino superior público, regulamentação das instituições pagas, programa “Universidade para todos” (ProUni)<sup>34</sup>, avaliação do ensino, grade curricular e Lei de Inovação Tecnológica<sup>35</sup>. Sobre a democracia interna, o texto pedia mudanças nos mecanismos de escolha de dirigentes e composição dos órgãos colegiados das instituições de ensino superior. As reivindicações eram pelo fim da lista tríplice na escolha dos reitores, com eleições diretas para o cargo de forma paritária, e paridade também na composição dos órgãos deliberativos das universidades, com participação estudantil, tanto nas instituições públicas quanto particulares.

Já no item 3 do documento, referente à democratização do acesso, a cobrança dos estudantes era por mecanismos que garantissem não só o ingresso dos jovens no ensino superior, mas também políticas de permanência para que estes universitários prosseguissem e concluíssem seus estudos. Para tal, a sugestão da união era a criação de um plano nacional de assistência estudantil, com oferecimento de moradia e restaurantes universitários, bolsas de estudo, assistência médica (incluindo atendimento clínico, odontológico e psicológico), transporte, creche e acesso à biblioteca e atividades culturais e esportivas.

O plano deveria ser implementado com rubrica específica de custeio e investimento, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Outra medida proposta pela UNE para democratizar o acesso ao ensino superior, em especial nas instituições públicas, foi de expansão de matrículas associada à demanda existente no período noturno. As propostas da união aprovadas no Coneg foram reunidas no documento intitulado “A Reforma Universitária que a UNE quer” e entregue ao ministro Tarso Genro no dia 11 de agosto seguinte, Dia do Estudante, em Brasília (DF).

---

<sup>34</sup> Apesar das discussões sobre o programa, o ProUni foi oficializado pelo Governo Federal em 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. De acordo com a definição do Ministério da Educação, o programa tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Em contrapartida, são concedidas às instituições que aderiram ao programa isenção de alguns tributos fiscais.

<sup>35</sup> Sancionada pelo presidente Lula em 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 10.973, conhecida como Lei de Inovação Tecnológica, foi regulamentada pelo decreto nº 5.563 de 13 de outubro de 2005. De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia, a legislação visa facilitar a interação entre universidades, instituições de pesquisa e o setor produtivo, estimulando o desenvolvimento de produtos e processos inovadores pelas empresas brasileiras. Os eixos que norteiam a lei são: a constituição de ambiente propício a parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas, o estímulo à participação de institutos de ciência e tecnologia no processo de inovação, e o estímulo à inovação na empresa.

Mas somente após dez meses de discussão com a comunidade acadêmica, o ministro Tarso Genro apresentou a primeira versão do anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Superior, em 6 de dezembro de 2004. Das propostas estudantis entregues ao MEC, apenas a reivindicação sobre as eleições diretas para reitor foi contemplada. Como visto anteriormente, a composição dos órgãos colegiados teria maioria docente e no item referente à assistência estudantil, o governo federal pretendia oferecer bolsas de trabalho aos jovens carentes e criar uma loteria para financiar o benefício.

Como na ocasião, Tarso anunciou que receberia propostas de emendas ao anteprojeto de Reforma Universitária, a UNE se apressou em formular sua sugestão. A entidade foi a primeira entidade a apresentar documento ao Ministério da Educação. As críticas da união eram pertinentes justamente ao capítulo que tratava da assistência estudantil. Os líderes estudantis afirmavam que a proposta era limitada, pois não avançava no sentido de vincular a democratização do acesso às condições de permanência dos jovens carentes na graduação.

Em reunião da diretoria plena da entidade, nos dias 20, 21 e 22 de janeiro de 2005, os membros da união reafirmaram a proposta já aprovada no Coneg, com destaque para a criação do plano nacional de assistência. No documento final do encontro, intitulado *“Uma outra universidade é possível! Por uma reforma que fortaleça a universidade pública e regule o ensino privado”*, os estudantes avaliaram que a primeira versão do anteprojeto de Reforma Universitária do governo federal possuía limitações na seção que tratava do apoio ao estudante.

Um dos entraves, segundo os alunos, era a falta de regras claras para a proposta de *“Primeiro emprego acadêmico”*, *“[...] que não transformem esta modalidade de assistência aos jovens em substituição do corpo técnico-administrativo e de retenção no curso”*, como dizia o documento aprovado pela diretoria da UNE. Outra crítica era à criação da loteria para financiar os programas de assistência. A proposição da entidade, como já tinha sido aprovado no 53º Coneg, era pela destinação de verbas específicas.

A proposta da UNE seria entregue ao ministério dentro do prazo, mas, como o ministro Tarso Genro ampliou o prazo de contribuição das emendas até 30 de março, o presidente da UNE, Gustavo Petta, agendou encontro com o político em 23 de fevereiro para entregar em mãos a proposta da entidade. Na mesma data, Petta liderou manifestação de líderes de 50 Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) e representações de dez estados da União Estadual dos Estudantes (UEE) em defesa da reforma.

Dois dias depois, a união deu início à sua IV Bienal de Arte e Cultura, em São Paulo. Durante o evento, que ocorreu junto com XIV Congresso Latino Americano e Caribenho de Estudantes (Clae), além das atividades culturais, as cerca de 15 mil pessoas que passaram pelo Parque Ibirapuera – local sede da Bienal da UNE – também participaram de uma mesa sobre a educação na América Latina, onde Tarso defendeu a realização da Reforma Universitária e elogiou as propostas da entidade estudantil. “*O projeto de reforma do ensino superior teve um grande impulso com o apoio da UNE, que sustenta a defesa da política de cotas e também uma melhoria expressiva na assistência estudantil*”<sup>36</sup>, disse o ministro na ocasião. A Bienal da UNE terminou no dia 3 de março.

Às vésperas da data limite para envio das propostas ao MEC para a primeira versão do anteprojeto de reforma, a união estudantil promoveu o 54º Coneg da entidade, entre os dias 24 e 27 de março. Novamente a entidade reforçou as reivindicações anteriormente aprovadas e realizou um dia de mobilizações nas universidades do país, em 6 de abril, para cobrar que o governo realizasse mudanças no texto do anteprojeto.

Em 15 de maio seguinte, o programa *Fantástico*, da *Rede Globo*, exibiu uma fita de vídeo denunciando esquema de corrupção nos Correios, onde o então chefe do Departamento de Contratação dos Correios, Maurício Marinho, que havia sido indicado ao cargo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e levantou a suspeita de envolvimento do partido e seu presidente na época, o deputado federal do Rio de Janeiro Roberto Jefferson. Logo em seguida, por conta de tais denúncias, Roberto Jefferson denunciou o esquema de “mensalão” no Congresso Nacional, levantando a suspeita de que deputados recebiam propina para votar ou deixar de votar em determinados projetos de lei.

Por conta da crise política que se instaurou no país, a segunda versão da proposta do governo só foi apresentada em 30 de maio seguinte. O conteúdo do novo texto agradou os estudantes, pois a seção que tratava do apoio ao estudante foi completamente modificada. As propostas do “Primeiro Emprego Acadêmico” e a loteria foram retiradas e deram lugar às reivindicações feitas pelos jovens: restaurante universitário, bolsas de auxílio e até a vinculação de 5% do orçamento das Ifes para custear as ações de assistência, como visto no capítulo 2. Além disso, as eleições diretas para reitoria foram mantidas. Já quanto à composição dos órgãos colegiados, as manifestações estudantis não surtiram efeito: o MEC manteve prevalência da

---

<sup>36</sup> REFORMA UNIVERSITÁRIA. Diversos. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em out – nov 2005.

representação docente, mas sem definir o percentual para cada segmento da comunidade acadêmica.

Apesar do contentamento com a segunda versão do anteprojeto, a crise política gerou preocupação da UNE em relação à aprovação da reforma. Pouco menos de um mês depois, entre 29 de junho e 3 de julho, a UNE promoveu seu 49º congresso (Conune), onde seria eleita a nova diretoria da entidade e traçadas as estratégias de atuação para os próximos dois anos. Os cerca de 15 mil alunos presentes, representando os cursos de suas instituições, em uma proporção de um para cada 2.000 alunos, discutiram conjuntura nacional e internacional, Reforma Universitária e organização do movimento estudantil.

No terceiro dia do Conune, os jovens realizaram manifestação em conjunto com a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS)<sup>37</sup>, pedindo mudanças na política econômica do governo federal e cobrando a punição dos possíveis culpados nos escândalos de corrupção no Congresso Nacional. Finalmente, no último dia do congresso, Gustavo Petta foi reeleito presidente da UNE. Uma das intenções dos jovens filiados à entidade, segundo o universitário, foi mantê-lo no cargo para não prejudicar a interlocução entre a União e o governo federal por conta das conquistas já alcançadas quanto à assistência estudantil incluídas na Reforma Universitária.

Menos de um mês depois, em 29 de julho de 2005, o ministro Tarso Genro entregou a proposta final do anteprojeto de Reforma Universitária ao presidente Lula e deixou o cargo para assumir a presidência do PT. Em seu lugar, assumiu o secretário-executivo da pasta, Fernando Haddad, que prometeu dar continuidade aos projetos de seu antecessor. Mas, como visto anteriormente, Haddad passou a priorizar o Fundeb, enquanto a Reforma Universitária ficou aguardando liberação da Casa Civil para ser enviada ao Congresso Nacional.

Até o final do dia 31 de julho, período em que se encerra a análise deste trabalho, o anteprojeto continuava parado na casa. Após as análises das propostas de Reforma Universitária de 1968 e 2005, os seminários realizados pelo movimento estudantil nos dois momentos e propostas elaboradas pelos mesmos, veremos agora como o jornal “O Globo” abordou a atuação do movimento estudantil nos mesmos períodos.

---

<sup>37</sup> Entidade criada em abril de 2003 pela união de movimentos sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), UNE, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Movimento dos Sem-terra (MST), Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento Mundial das Mulheres (MMM) e Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), entre outras, com o objetivo de se articular unir forças para garantir as mudanças sociais necessárias no Brasil.



### 3 O GLOBO, O MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS REFORMAS

De acordo com os capítulos anteriores, nota-se que o debate sobre a Reforma Universitária foi incentivado pelo movimento estudantil universitário, representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), nas décadas de 1960 e 2000. No entanto, no primeiro período assinalado, a cobertura do jornal *O Globo* em relação à atuação dos jovens e suas reivindicações por mudanças nas universidades do país só foi noticiada em maio de 1961, ocasião de realização do I Seminário Nacional de Reforma Universitária promovido pela UNE. Os outros dois seminários realizados em 1962 e 1963 não apareceram nas páginas do veículo em questão.

Em 23 de maio de 1961, a matéria intitulada “*Em curso na Bahia o Seminário Nacional de Reforma Universitária*”, o jornal registrou o apoio do Ministério da Educação à realização do evento, que contou com a participação do professor Salvador Julianelli, representante do órgão, por determinação do presidente da República, Jânio Quadros. O docente explicou que, com a atitude, o governo demonstrava sua preocupação com a educação e, ainda, “*ao saudar essa iniciativa, reveladora do alto grau de compreensão da comunidade estudantil brasileira*”<sup>38</sup>, esperava que os resultados do seminário trouxessem contribuições para a análise da situação das universidades brasileiras.

O jornal *O Globo* registrou ainda que, além do representante do MEC, também participaram do fórum promovido pela UNE, realizando conferências, os professores Fernando Henrique Cardoso – “A função da universidade”, Florestan Fernandes – “A realidade brasileira” – e Darci Ribeiro – “O exame vestibular”. No fim do texto, estudantes que participaram do encontro falaram sobre a importância do evento, destacando o desejo dos universitários em integrar a universidade na sociedade.

Outro registro do encontro feito pelo *O Globo*, no topo esquerdo da página 13 da edição do dia 26 de maio seguinte, foi sobre o manifesto dos estudantes da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro – “A missão do estudante cristão na sociedade – entre os imperialismos – reencontro com Deus” –, data em que o documento seria lido no seminário por alunos do DCE da instituição.

A matéria reproduzia trechos do manifesto, com os subtítulos “*Mundo novo*”, “*Alienação econômica*” e “*O único caminho*”. Os estudantes da PUC criticavam a estrutura

---

<sup>38</sup> Em curso na Bahia o Seminário Nacional de Reforma Universitária. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1961, p. 13.

liberal-burguesa, denunciavam as condições socioeconômicas precárias dos habitantes dos países subdesenvolvidos, e convocavam os universitários a ajudar na transformação daquele quadro seguindo os mandamentos de Jesus Cristo. Abaixo, parte do documento do DCE da PUC-Rio reproduzido na matéria do *O Globo*:

*“Conhecemos nossa situação privilegiada na sociedade, como estudantes de curso superior. Conhecemos a injustiça de sermos uns tantos poucos num Brasil de mais de 50% de analfabetos. E, em parte, por sabermos injusta esta condição, que nos encontramos no dever de transformá-la, concentrados nele através do Cristo seiva e fruto”.*

No mesmo mês e ano, antes do primeiro seminário da UNE, também foram noticiados no jornal, no dia 8, uma greve dos estudantes da Escola Técnica Getúlio Vargas, contra o decreto que modificaria a duração e currículo dos cursos. No dia 15, outra matéria indicava a campanha dos acadêmicos de Direito da PUC para auxiliar na reintegração de ex-presidiários na sociedade.

Outro destaque daquele período foi na edição do dia 17, onde na capa foi registrada a oposição de um grupo de universitários da Universidade de São Paulo (USP) ao ditador cubano Fidel Castro e, internamente no jornal, outra matéria sobre a ação dos jovens, desta vez, secundaristas da UBES. A notícia descrevia o conteúdo de um manifesto enviado ao ministro da Educação, Brígido Fernandes Tinoco. O documento protestava contra a falta de quorum no conselho nacional da entidade, que seria realizado no dia 10 anterior, e alertando a classe estudantil para participar dos movimentos da classe em prol de melhorias da realidade brasileira.

Já na ocasião do II Seminário Nacional de Reforma Universitária da UNE, em março de 1962, ao contrário do ano anterior, não houve nenhuma notícia relacionada às discussões dos universitários ou registros de outras atividades promovidas por estudantes ou nas universidades. No mês em questão, o único registro sobre instituições de ensino superior foi sobre a liberação de 5,4 bilhões de cruzeiros do governo federal para conclusão das obras da Cidade Universitária da UFRJ, na Ilha do Fundão.

No mês de dezembro de 1963, como vimos anteriormente, a UNE realizou o III Seminário Nacional de Reforma Universitária<sup>39</sup> e definiu uma plataforma de lutas com apresentação de um projeto de emenda à Constituição Federal de 1946 e, também, um substitutivo à LDB educacional de 1961, referente ao ensino superior. Apesar disso, não houve

---

<sup>39</sup> Vide p.p. 31 e 32.

nenhuma referência à entidade, nem às resoluções aprovadas no fórum que haveria naquela década dedicado exclusivamente à reforma. As únicas notícias que abordaram a atuação do movimento estudantil foram sobre uma manifestação realizada pelos alunos do Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Sob o título “*Ato de violência impediu a solenidade de formatura na Faculdade de Filosofia*”, a matéria de 31 de dezembro daquele ano descrevia o protesto de cerca de 150 alunos da instituição contra a homenagem que 12 formandos do curso de Jornalismo queriam fazer ao então governador do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda. Os manifestantes fecharam as portas do prédio da faculdade. O reitor da UFRJ, Pedro Calmon, chegou ao local e, depois de “entendimentos” com o comandante da Polícia Estadual (PE), os estudantes finalmente abriram as portas do local.

Após os seminários de reforma, como vimos no capítulo 2, item 2.2, em 1º de abril de 1964 foi restaurado o regime militar no país e a UNE passou a lutar contra todas as formas de repressão no país. O foco das notícias sobre a União passou a ser a atuação “subversiva” dos jovens, nas ruas e faculdades do país. No final de 1968, em dezembro, quando o governo federal instituiu a Reforma Universitária, foram noticiadas no jornal *O Globo* uma série de matérias sobre a aplicação da reforma no ensino superior, prevista para 1969.

Em tais matérias, não havia referência à UNE nem aos seminários realizados pela entidade no início da década de 60. Os textos registravam as criações das novas universidades pelo país, o andamento das redações dos atos reguladores da proposta do MEC, que foram redigidos pelos professores Valnir Chagas, Newton Sucupira e Roque Maciel Spencer, e a previsão de que o texto seria entregue pelo ministro Tarso Dutra ao presidente Costa e Silva até o final daquele ano.

Em matéria publicada na página 15 do dia 11 de dezembro de 1968, “*MEC aplica reforma em 1969*”, o jornal cita a participação de estudantes em encontro realizado entre uma comissão de professores do Rio Grande do Sul e o ministro Dutra, onde os docentes reivindicaram a criação de uma universidade na cidade de Rio Grande (RS). Os universitários participaram do encontro para convidar o representante do governo federal a comparecer à solenidade de formatura dos novos engenheiros da faculdade local, cujo paraninfo da turma era o presidente.

Na mesma página, ao lado na matéria sobre a UNE também foi noticiado o “*habeas corpus*” concedido pelo Supremo Tribunal Federal a 46 jovens que haviam sido presos no congresso clandestino da UNE, realizado em outubro anterior, com o título “*STF dá ‘habeas’ a 46 presos no congresso da extinta UNE*”. A justificativa dos juízes que cuidaram do caso foi o excesso de prazo da prisão preventiva dos estudantes, concedendo-lhes ordem para acompanhar o processo em liberdade. Na lista dos indiciados libertados estavam o hoje jornalista Franklin Martins e o deputado federal (PT-SP) José Dirceu.

Dois dias depois, em 13 de dezembro, o governo federal decretou o AI-5, fato noticiado no dia seguinte. O jornal do dia 14 trazia também o anúncio de “*Mais vagas no ensino superior em 1969 do que as prometidas*” em título no alto da página 3. O ministro Tarso Dutra receberia no dia 20, segundo as notícias do mesmo dia, os decretos que regulamentariam a reforma. Nas edições seguintes, dos dias 21, 23, 24 e 25, o jornal destacou a criação de uma comissão pelo MEC para acompanhar a implementação da reforma, a previsão de 110 mil vagas para o ensino superior em 1969 (somando-se as que já existiam), e os planos do ministério para a área educacional de expansão em todos os níveis de ensino também no mesmo ano.

Passando para o período atual, nota-se que a UNE passou a ter espaço garantido não só nos debates promovidos pelo Ministério da Educação sobre a Reforma Universitária, mas também nas notícias publicadas pelo jornal *O Globo*. Logo após ter sido eleito presidente da união em 23 de junho de 2003, Gustavo Petta concedeu entrevista à repórter Ediane Merola, do caderno *Megazine*. A entrevista foi publicada em 1º de julho seguinte e, nela, Petta já anunciava os planos de entidade em influenciar a reformulação do ensino superior do país pretendida pelo ministro Cristovam Buarque.

O líder da UNE contou que os estudantes estavam a favor do governo por conta da abertura ao diálogo com o movimento social e pelo fim do Provão – modelo de avaliação do ensino superior instituído pelo governo anterior –, mas que a união não deixaria de lutar para que fossem incluídas nas diretrizes do ministério: eleições diretas para reitor, participação paritária nos órgãos colegiados das instituições e financiamento estudantil. “*Somos a favor do governo, temos um diálogo mais aberto com ele, o que possibilita mais conquistas. Mas vamos criticar duramente projetos como o de taxar os alunos das universidades públicas*”, avisou Petta.

Em 28 de novembro do mesmo ano, *O Globo* registrou declaração de Cristovam se queixando de falta de verbas para investimento nas universidades federais durante encontro com

35 reitores dessas instituições. Na ocasião, o ministro criticou a falta de tensão entre a academia e as forças conservadoras do país e que se houvesse um golpe de estado hoje no Brasil, os militares não precisariam prender nenhum professor ou aluno.

Ao lado da matéria, um texto coordenado com Gustavo Petta rebatendo as afirmações de Cristovam. “– *Se ele acha que não existe ideologização, que espere até a semana que vem. Se as mudanças no Provão não nos agradarem, vamos para as ruas*”, declarou o presidente da UNE ao jornal. No mesmo período, em matérias dos dias 10 de outubro e 25 de dezembro, o veículo de comunicação também noticiou a proposta da União em reeditar o Projeto Rondon, criado na época do regime militar para enviar estudantes a regiões do interior do país para prestar serviços às comunidades locais.

O ministro da Educação deixou o cargo dois meses depois. Em 27 de janeiro de 2004, quem assumiu a pasta foi Tarso Genro. Como vimos anteriormente, logo que entrou para o MEC, Tarso se encontrou com os líderes estudantis da entidade e prometeu dar andamento à Reforma Universitária. Apesar do bom relacionamento com o governo federal, em 13 de março de 2004, o jornal *O Globo* publicou artigo do presidente da UNE cobrando investimentos no ensino superior público e rebatendo dados apresentados pelo Ministério da Fazenda no documento “Gasto Social do Governo Central”. Ele desmentiu os números que apontavam que o país gastava demais com o setor.

*“O documento omite, por exemplo, o fato de que 80% dos gastos públicos com educação se devem a governos estaduais e municipais. Na verdade, os gastos do governo com o ensino superior no período 2001/2 chegaram a apenas 0,5% do PIB – pouco, perto de outros países. Outra premissa falsa é de que apenas ‘os ricos’ freqüentam as universidades públicas. Mais uma vez, isso não corresponde à realidade. Segundo os dados do IBGE, 38% dos estudantes dessas universidades vêm de famílias com renda per capita de menos de dois salários mínimos”<sup>40</sup>.*

Como vimos anteriormente no capítulo 2, item 2.3, entre os dias 30 de março e 2 de abril seguintes, a UNE realizou protestos em sete capitais do país defendendo a realização da Reforma Universitária. A primeira manifestação, nas ruas do centro da cidade de Belo Horizonte (MG), foi registrada na edição do jornal *O Globo* do dia 31. A matéria descreveu o ato do enterro

---

<sup>40</sup> PETTA, Gustavo Lemos. Falsas premissas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 mar. 2004. Primeiro Caderno, editoria Opinião.

simbólico da política econômica do governo que, na avaliação da entidade, privilegia os bancos e impede investimentos em educação. O texto registrou ainda as reivindicações da União Estudantil por reserva de 50% das vagas nas universidades para alunos de escolas públicas, a regulamentação do ensino superior privado e ampliação de vagas e garantia de financiamento para as universidades públicas.

Em 8 de junho de 2004, um dia depois de Tarso Genro ter anunciado as propostas centrais do Ministério da Educação para a discussão sobre a reforma, o vice-presidente da Andifes e reitor da UFF, Cícero Rodrigues, e o presidente da UNE, Petta, aparecem em quadro coordenado a matéria principal (que explicava alguns dos itens anunciados) intitulado *“Palavra de especialistas”*.

No quadro, os dois elogiavam a criação de um ciclo básico comum nos dois primeiros anos do ensino superior e a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como forma de contar pontos para o vestibular. Mas, tanto o representante da Andifes quanto o da UNE também exprimiram suas reservas em relação à criação da loteria para financiar as universidades federais.

A questão da implementação do ciclo básico e as demais propostas do governo federal para a reforma do ensino superior foram retomadas na edição do dia 3 de agosto seguinte. Novamente no quadro *“Palavra de especialistas”*, Gustavo Petta dividiu espaço com a presidente do Andes, Marina Barbosa, e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Paulo Alcântara. Na parte que coube à UNE, o líder estudantil apontou o ciclo básico como uma boa idéia, mas com restrições ao enxugamento dos cursos nas instituições privadas.

Além disso, Petta acrescentou que a entidade era contra a substituição do vestibular pelo Enem e que a reserva de vagas já era uma proposta apresentada pela UNE ao ministério. *“As cotas são uma medida emergencial e transitória. Mas só com a reserva de vagas por curso teremos resultado prático, porque só assim cursos mais concorridos como Medicina, Direito e Engenharia terão alunos de escolas públicas”*<sup>41</sup>, justificou.

Depois deste período, a UNE continuou ganhando espaço nas páginas do jornal *O Globo*, mas por outros projetos: *“Memória do Movimento Estudantil”* (MME)<sup>42</sup>, lançado

<sup>41</sup> WEBER, Demétrio. A volta do ciclo básico superior. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 ago. 2004. Editoria O País.

<sup>42</sup> O projeto *“Memória do Movimento Estudantil”* é patrocinado pela Petrobrás e conta com o apoio da Fundação Roberto Marinho, Museu da República e TV Globo. O MME visa reunir documentos que contenham relatos ou

oficialmente em 27 de maio de 2004, e a “IV Bienal de Arte e Cultura”<sup>43</sup>, realizada entre 25 de fevereiro e 2 de março de 2005. O lançamento do MME reuniu cerca de 40 ex-líderes estudantis, entre eles o então presidente do PSDB e hoje prefeito da cidade de São Paulo pelo mesmo partido, José Serra – presidiu a UNE em 1963 –, o ministro da Coordenação Política da época e, hoje, presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PCdoB-SP) – presidente da união em 1980 e 81 –, e o chefe da Casa Civil, hoje acusado de estar envolvido no esquema do “mensalão”, deputado federal José Dirceu (PT-SP) – presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo em 1968 e candidato à presidência da UNE naquele ano, no Congresso de Ibiúna.

Já na ocasião da IV Bienal, em paralelo ao XIV Encontro Latino-americano e Caribenho de Estudantes, a entidade reuniu representantes de várias instâncias do governo federal, com destaque para o ministro da Educação, Tarso Genro, e o ministro da Cultura, Gilberto Gil. Na ocasião, Tarso defendeu a realização da reforma e prometeu atender às reivindicações estudantis incluindo medidas mais eficazes de assistência estudantil na segunda versão do anteprojeto do MEC.

Somente em 31 de maio de 2005 a UNE voltou a aparecer nas páginas do jornal *O Globo* por conta da Reforma, na ocasião do anúncio da segunda versão do anteprojeto de reforma no dia anterior. Desta vez sem depoimentos de representantes da entidade, a matéria do jornalista Demétrio Weber apontava as mudanças entre a primeira e segunda versão do documento do MEC, citando as sugestões dos estudantes incorporadas ao texto: ampliação de cursos noturnos na rede pública de ensino superior e destinação, nas universidades federais, de 5% da verba de custeio para financiar as medidas de assistência estudantil (transporte, moradia e restaurante universitário, inclusão digital e assistência à saúde).

Um mês depois, a União realizou seu 49º congresso, onde reelegeu o presidente Gustavo Petta, em 3 de julho. Mas, a essa altura, a entidade aparecia no jornal por outro motivo: o apoio ao presidente Lula apesar das denúncias de corrupção no Congresso Nacional, como nas edições de 17, 21 e 23 de junho. Em 9 de julho, a matéria fazia referência ao ato promovido pela UNE, em conjunto com entidades da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), durante o

---

imagens sobre a história da UNE. A campanha pela arrecadação dos materiais históricos começou em 12 de janeiro de 2005, mas o lançamento oficial só ocorreu em 27 de maio seguinte.

<sup>43</sup> A Bienal de Arte e Cultura é um evento promovido pela UNE de dois em dois anos, desde 1999, onde estudantes de todo o país inscrevem trabalhos nas áreas de música, artes cênicas, cinema e vídeo, artes visuais, literatura e ciência e tecnologia, a fim de concorrer com outros universitários para terem seus trabalhos incluídos nas mostras.

congresso da entidade isentando o presidente de culpa. Em 29 do mesmo mês, dia em que foi lançada a versão final do anteprojeto de Reforma Universitária do MEC, uma nota registrava nova manifestação programada pela entidade para o dia 16 de agosto, novamente em defesa de Lula e pela reforma política.

As propostas da UNE para a reforma só voltaram a ser citadas em 30 de julho, em matéria sobre o lançamento da versão final da proposta do Ministério da Educação. A exemplo da notícia de 31 de maio anterior, a União foi citada, mas sem depoimento de nenhum representante estudantil, e a respeito de nova mudança no item relativo a assistência estudantil.

Como vimos no capítulo 2, item 2.3, o MEC ampliou o percentual do orçamento de custeio das universidades federais para investimentos em apoio aos alunos para 9%. *“O maior investimento em assistência era uma reivindicação da União Nacional dos Estudantes (UNE), preocupada em garantir condições de sobrevivência a estudantes pobres que terão acesso a universidade graças à reserva de vagas”*<sup>44</sup>, citou o repórter Demétrio Weber em seu texto. Por fim, no dia seguinte, 31 de julho, limite para a análise deste trabalho, nada foi publicado sobre o tema.

---

<sup>44</sup> WEBER, Demétrio. Universidades novas deverão ter cotas de 50%. O Globo, Rio de Janeiro, 30 jul. 2005. Primeiro Caderno, editoria O País, p. 15.



## CONCLUSÃO

Diante dos dados expostos no capítulo anterior, percebe-se que os momentos políticos pelos quais o país passou influenciaram na cobertura jornalística do jornal *O Globo* a respeito das atuações da UNE, tanto em relação aos seminários sobre a Reforma Universitária da década de 1960 e os encontros sobre o mesmo tema a partir de 2003, quanto nas manifestações e demais atividades, de acordo com a relação entre os membros da entidade e o governo federal.

Em maio de 1961, quando foi realizado o I Seminário Nacional de Reforma Universitária da UNE, o presidente do país era Jânio Quadros, da União Democrática Nacional (UDN). Durante sua gestão, lançou um programa antiinflacionário, que previa a reforma do sistema cambial, com a desvalorização do cruzeiro em 100%, e a redução dos subsídios às importações para incentivar as exportações na tentativa de equilibrar a “balança” de pagamentos do governo.

A política externa implementada por Jânio foi interpretada pelos setores sociais que defendiam o alinhamento automático com os Estados Unidos como tentativa de aproximação comercial cultural com os diversos blocos do mundo pós-guerra. Também repercutiu negativamente a condecoração, por Quadros, do ministro da Economia cubano Ernesto Che Guevara, com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

No âmbito interno, o governo experimentava, ainda, a ausência de uma base política de apoio: no Congresso Nacional dominavam o PTB e o PSB, ao mesmo tempo em que Jânio Quadros afastaram-se da UDN, enfrentando a oposição cerrada do então governador do estado de Guanabara, Carlos Lacerda. A falta de apoio dentro do governo levou Jânio a buscar sustentação junto aos movimentos sociais, inclusive da UNE.

Com a relação mais próxima entre a entidade estudantil e o governo federal, o jornal *O Globo* registrou na matéria de 23 de maio daquele ano, quando o presidente deu ordem expressa para que o professor Salvador Julianelli, representante do Ministério da Educação, comparecesse ao seminário promovido pela união. Como já citado no capítulo 3, o professor transmitiu aos alunos o desejo de Jânio de que os resultados do fórum contribuíssem com análise da situação das universidades brasileiras.

No entanto, em 25 de agosto daquele ano, Quadros renunciou ao cargo e quem assumiu foi seu vice, João Goulart (PTB), sob o regime de governo parlamentarista. Jango, como ficou

conhecido, colocou em prática uma política econômica nacionalista, elaborou um programa de reformas para o país e procurou apoiar seu governo na mobilização das classes trabalhadoras. Classes estas a que a UNE se uniu na greve geral de julho do ano seguinte, para reivindicar uma reforma educacional que garantisse a ampliação do ensino gratuito e a democratização da estrutura universitária.

A postura nacionalista de Goulart desagradou os setores mais conservadores do governo, que eram maioria no parlamento, e abalou as relações externas do país, gerando uma crise política. Foi justamente nesta época que a União Estudantil realizou mais dois seminários nacionais sobre a Reforma Universitária: um em março de 1962 e o outro, em dezembro de 1963. Nestas duas ocasiões, a entidade apoiou Jango, enfraquecido politicamente.

Devido a isso, o jornal *O Globo* não fez referências aos fóruns promovidos pela UNE nos meses acima citados. As únicas referências ao movimento estudantil naqueles dois anos foi protesto organizado por representantes do Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Eles tentaram impedir a solenidade de formatura de um grupo de 12 graduandos em Jornalismo que homenageariam o governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, opositor político ferrenho de João Goulart.

O título da matéria já explicitava o tom de crítica aos estudantes engajados da época: *“Ato de violência impediu a solenidade de formatura na Faculdade de Filosofia”*. Os projetos de reforma de Jango não se concretizaram, aumentando a tensão social e pressão externa. Entro deste contexto, em 1º de abril de 1964, o presidente sofreu um golpe militar, assumindo em seu lugar o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Mas o poder de fato passou a ser exercido por uma junta formada pelo general Artur da Costa e Silva, almirante Augusto Rademaker Grünewald e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo.

Neste período, como já citado no capítulo 4, item 4.1, a UNE passou a lutar contra todas as formas de repressão no país. A perseguição da polícia aos líderes dos movimentos de oposição ao governo, especialmente aos militantes do movimento estudantil, se intensificou no ano de 1968, justamente quando foi realizada a Reforma Universitária. Tal fato impediu que os estudantes pudessem se organizar para tentar influenciar a proposta do governo federal. A entidade já estava na ilegalidade e seus principais líderes haviam sido presos no Congresso de Ibiúna, um mês antes da promulgação da lei.

Mais uma vez, isto se reflete nas páginas do jornal *O Globo*. O foco das notícias sobre o movimento estudantil passou a ser a atuação “subversiva” dos jovens, nas ruas e faculdades do país. No mês de dezembro de 1968, logo depois que a Reforma Universitária se transformou em lei, foram publicadas diversas matérias descrevendo quais seriam as mudanças que seriam realizadas nas universidades.

Em nenhum dos textos, foram citadas as propostas da UNE. A única referência à entidade foi em notícia publicada ao lado de outra que citava a participação de um grupo de estudantes gaúchos que foram convidar o ministro da Educação da época, Tarso Dutra, para participar de uma solenidade de formatura de engenheiros da faculdade localizada na cidade de Rio Grande (RS). Os estudantes estavam junto com uma comissão de professores da mesma instituição que foi pedir ao ministro a criação de uma universidade no local.

Enquanto a matéria sobre a reforma transmitia uma impressão de um bom relacionamento entre o governo federal e a comunidade acadêmica, os integrantes dessa comunidade que se rebelavam contra o regime militar – principalmente os representantes do movimento estudantil – eram presos em nome da “manutenção da ordem”. Ao lado da notícia sobre a reforma, na mesma página do jornal, outro registro indicava o “*habeas corpus*” concedido pelo Supremo Tribunal Federal a 46 jovens que haviam sido presos no congresso clandestino de Ibiúna, sob o título “*STF dá ‘habeas’ a 46 presos no congresso da extinta UNE*”.

Passando para o momento atual, a eleição de Lula, do PT, para a presidência em 2002 representou para as classes trabalhadoras e movimentos sociais uma possibilidade de dialogar livremente com o governo federal e garantir que suas reivindicações fossem atendidas. Com a política pretendida pelo novo governo, empossado em 1º de janeiro de 2003, considerando as necessidades do povo, representado pelos sindicatos, entidades de classe e movimentos sociais, a participação destes setores junto ao governo e suas propostas voltaram a ocupar espaço na mídia em geral, incluindo-se aí o jornal *O Globo*.

Retomando a bandeira da década de 1960 pela realização da Reforma Universitária, a UNE foi uma destas entidades, como podemos observar na entrevista concedida pelo presidente eleito da união em 23 de junho de 2003, Gustavo Petta, à repórter Ediane Merola, do caderno *Megazine* do veículo em questão. Publicada em 1º de julho seguinte, a entrevista trouxe as propostas do novo líder para sua gestão à frente da entidade e deixou clara a mudança na

correlação de forças entre o governo federal e os estudantes, conforme declaração de Petta reproduzida no capítulo anterior.

As manifestações e atividades promovidas pela UNE continuaram sendo registradas no jornal *O Globo* até o dia 31 de julho de 2005, quando se encerra o período de análise proposto para este trabalho. Além das propostas aprovadas nos fóruns da entidade que foram encaminhadas ao Ministério da Educação como contribuição ao anteprojeto de Reforma Universitária que estava sendo formulado pelo órgão e, ainda, os protestos dos estudantes nas ruas em defesa da reforma, também foram noticiadas as iniciativas da união em projetos de extensão universitária. Exemplos destes últimos foram a retomada do Projeto Rondon – por sugestão da UNE – e a realização da IV Bienal de Arte e Cultura, que teve a participação de vários representantes do governo federal.

Especificamente sobre a Reforma Universitária, nas matérias em que o veículo comentou as propostas do governo, no período entre junho de 2003 e agosto de 2005, a união, na maioria das vezes representada pelo presidente Gustavo Petta, expôs sua opinião sobre as versões do anteprojeto apresentadas pelo MEC. E na maioria dos casos analisados neste trabalho, as notícias apontaram as reivindicações da entidade estudantil e o fato de terem sido contempladas pelo governo federal, como descrito nas matérias dos dias 31 de março de 2004, 3 de agosto de 2004, 31 de maio de 2005 e 30 de julho de 2005.

No entanto, depois do surgimento das denúncias de corrupção no Congresso Nacional e instauração das CPIMs dos Correios e da compra de votos, a crise política passou a ser o foco das notícias de todos os veículos de comunicação. Neste contexto, como a maioria dos integrantes da diretoria da entidade na gestão 2003-2005 e início da gestão 2005-2007 eram filiados à juventude do PCdoB, partido aliado do PT, começaram a surgir suspeitas de que até a união estaria recebendo “mensalão” para defender o presidente. Mais uma vez o contexto político influenciou na cobertura jornalística do *O Globo*, cujas matérias publicadas no período criticaram duramente o apoio da UNE ao presidente Lula.

Com a crise política e o ministro da Educação, Tarso Genro, exercendo outro cargo em paralelo, como presidente do PT, as discussões sobre a Reforma Universitária, antes destaque, foram rebaixadas a segundo plano na hora da escolha das pautas e, como consequência, também a participação da união na formulação das propostas. A UNE só foi lembrada novamente na ocasião da apresentação da versão final do anteprojeto do MEC, quando Tarso Genro deixou o

ministério para ficar somente como presidente do PT, e Fernando Haddad assumiu a pasta. Novamente, o veículo noticiou que a entidade foi contemplada com aumento das verbas para assistência estudantil.

Diante de todas as evidências expostas acima, fica claro que os momentos políticos pelos quais o país atravessou, tanto na década de 1960 quanto no momento atual, influenciaram na cobertura jornalística o jornal *O Globo* a respeito da atuação da UNE nos períodos avaliados por este trabalho, tendendo a prevalecer a posição dos setores que demonstravam mais força política nos períodos de análise delimitados.

Quando este texto foi concluído, em 20 de novembro de 2005, o anteprojeto de Reforma Universitária encontrava-se no Ministério da Educação. Em 6 de novembro anterior, o texto havia sido devolvido pela Casa Civil ao MEC, que ainda não havia retornado o projeto para ser encaminhado a votação no Congresso Nacional.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA JR, Antônio Mendes de. *Movimento Estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História, n. 23).

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 27 dez 1961. Disponível em: <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>. Acesso em 18 mai. 2005.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento de ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 29 nov. 1968. Disponível em: <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>. Acesso em 25 mai. 2005.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>. Acesso em 15 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte estatuto das universidades brasileiras. **Coleção de leis do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1931. Disponível em: <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>. Acesso em 29 abr. 2005.

CAMPOS, Raymundo Campos Bandeira. *História do Brasil*. 2 ed. São Paulo. Atual Editora, 1991. p. 234-278.

CONGRESSO DA UNE, 49., 3 jul. 2005, Goiânia, Resoluções do 49º Congresso da UNE. Goiânia: UNE, 2005. Disponível em: <[www.une.org.br](http://www.une.org.br)>. Acesso em 4 jul. 2005.

CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES GERAIS DA UNE, 53., 8 ago. 2004, São Paulo, **A Reforma Universitária que a UNE quer**. São Paulo: UNE, 2004. Disponível em: <[www.une.org.br](http://www.une.org.br)>. Acesso em 10 jul. 2005.

CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES GERAIS DA UNE, 54., 28 mar. 2005, São Paulo, **Uma outra universidade é possível! Educação não é mercadoria! Por uma reforma que fortaleça a universidade pública e regule o ensino privado**. São Paulo: UNE, 2004. Disponível em: <[www.une.org.br](http://www.une.org.br)>. Acesso em 10 jul. 2005.

EXAME NACIONAL DE CURSOS (ENC-Provão). Disponível em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)>. Acesso em 25 set. 2005.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Fundeb). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb>>. Acesso em 30 out. 2005.

LEI DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em 12 out. 2005.

MARTINS, Franklin. *Auto dos 99%, 1963 – CPC da UNE – (musical)*. Disponível em: <<http://franklinmartins.globo.com>>. Acesso em 17 ago. 2005.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)*. Campinas: Papiros, 1987.

MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL. Disponível em: <[www.mme.org.br](http://www.mme.org.br)>. Acesso em set. 2005.

O GLOBO. Rio de Janeiro. Especialmente mai. 1961, mar. 1962, dez.1963, dez. 1968 e 23 jun 2003 a 31 ago. 2005.

PAULA, Elaine Baptista de Matos, *Manual para elaboração e normalização de dissertações e teses*. 3 ed. Rio de Janeiro: Sibi, 2004.

PETTA, Gustavo Lemos. *Queremos mais*. Movimento, n° 10, São Paulo, mar. 2004, p. 38-41.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. 5 ed. Rio de Janeiro: Booklink Publicações Ltda, 2004.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (Prouni). Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em 8 out. 2005.

REFORMA UNIVERSITÁRIA. Diversos. Disponível em: <[www.mec.gov.br/reforma](http://www.mec.gov.br/reforma)>. Acesso em jun – nov 2005.

\_\_\_\_\_. Anteprojeto de lei – versão preliminar, 6 dez. 2004. Estabelece normas gerais para a educação superior, regula o Sistema Federal da Educação Superior e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em jun – out 2005.

\_\_\_\_\_. Anteprojeto de lei – 2ª versão, 30 mai. 2005. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em jul-nov 2005.

\_\_\_\_\_. Anteprojeto de lei da Educação Superior, 28 jul. 2005. Estabelece normas gerais para a educação superior no país, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera a Lei n° 5.540 de 28 de novembro de 1968; a Lei n° 8.958, de 20 de dezembro de 1994; a Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997; a Lei n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997; a Lei n° 9.870, de 23 de novembro de 1999; o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei n° 10.172, de 9 de janeiro de 2001; a Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002; a Lei n° 9.394 de 20 de

dezembro de 1996; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em jul – nov 2005.

REUNIÃO DA DIRETORIA PLENA DA UNE. **Uma outra universidade é possível! Por uma reforma que fortaleça a universidade pública e regule o ensino privado**, 22 jan. 2005. São Paulo: UNE, 2005. Disponível em: <[www.une.org.br](http://www.une.org.br)>. Acesso em 23 mar. 2005.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.



**ANEXO 1**  
**JORNAL O GLOBO, 23 DE MAIO DE 1961, P. 13**

**ANEXO 2**  
**JORNAL O GLOBO, 11 DE DEZEMBRO DE 1968, P. 15**